

**ATA N.º 282**

----- Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, no salão nobre do edifício dos Paços do Concelho de Sever do Vouga, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Hermínio Pedro Marques Martins, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

**Ordem de Trabalhos**

- 1 **Atas e Correspondência**-----
- 2 **Período de Antes da Ordem do Dia**-----
- 3 **Período da Ordem do Dia**-----
  - 3.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal-----
  - 3.2 Prestação de Contas de 2022-----
  - 3.3 Inventário e Cadastro em 31-12-2022-----
  - 3.4 Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Talhadas-----
  - 3.5 Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição – 2022-----
- 4 **Período Destinado ao Público**-----

----- O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão pelas dezassete horas e dez minutos. Saudou a todos os presentes, com um cumprimento especial aos senhores membros da Assembleia Municipal, aos senhores presidentes de Junta, ao senhor Presidente da Câmara, às senhoras vereadoras e aos senhores vereadores ali presentes. De seguida, solicitou à segunda secretária para proceder à chamada e verificar se havia quórum.-----

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros:-----

- Alexandre Manuel Tavares Rocha-----
  - Alexandre Miguel Coutinho Tavares-----
  - Ana Maria Veloso Martins da Silva-----
  - António Augusto Macedo de Cruz-----
  - António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro-----
  - António Fernando da Silva Dias-----
  - Cláudia Isabel Lopes Cruz-----
  - Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva-----
  - Fernando Pereira Rodrigues-----
  - Hermínio Pedro Marques Martins-----
  - Isabel Maria Martins Tavares-----
  - João Rodrigues Oliveira-----
  - José Carlos Ribeiro de Sousa-----
  - José Pedro de Bastos Costa Lemos-----
  - Júlio Martins Fernandes-----
  - Luís Filipe Tavares da Silva Pedro-----
  - Maria Amaral Martins Pereira-----
  - Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço-----
  - Renata Liliana da Costa Marques-----
  - Sandra Marlene Rodrigues Pereira-----
  - Sérgio Soares da Silva-----
  - Tânia Filipa Fernandes Pinheiro-----
  - Vanessa Alexandra Rodrigues Loureiro-----
- Foi, ainda, registada a presença dos seguintes membros que chegaram mais tarde:-----
- Adérito Soares-----
  - David da Silva Alves-----
  - Elga Maria do Amaral Martins da Silva-----

----- Nesta data, encontravam-se em efetividade de funções os membros da Assembleia Municipal: Alexandre Manuel Tavares Rocha, Almiro Silva Machado, Ana Cristina da Silva Tavares, Ana Maria Veloso Martins da Silva, António Augusto de Macedo Cruz,

António Carlos Bívar Branco de Penha Monteiro, António Fernando da Silva Dias, Cláudia Isabel Lopes Cruz, David da Silva Alves, Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva, Elga Maria do Amaral Martins da Silva, Fernando Pereira Rodrigues, Hermínio Pedro Marques Martins, Iolanda Maria Ribeiro da Silva Matos, Isabel Maria Martins Tavares, João Rodrigues de Oliveira, Jorge Manuel Henriques da Graça, José Carlos Ribeiro de Sousa, José Pedro de Bastos Costa Lemos, Luís Filipe Tavares da Silva Pedro, Maria Amaral Martins Pereira, Patrícia Sofia Martins Santos, Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço, Pedro Miguel Martins Mendes, Renata Liliana da Costa Marques, Sandra Marlene Rodrigues Pereira, Sérgio Soares da Silva e Tânia Filipa Fernandes Pinheiro.-----

--- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo, Presidente; Paulo Sérgio Martins Nogueira, Vice-Presidente; Ricardo Manuel Tavares da Silva, Paula Cristina Dias Coutinho, José Manuel Barbosa de Almeida e Costa e Eliana Inês Tavares Machado, Vereadores.-----

--- Estiveram presentes Luís Figueiredo Martins, Diretor de Departamento, e Carla Alexandra Pereira da Silva, Coordenadora Técnica, em apoio à Mesa. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal deu conta dos elementos que pediram substituição, sendo eles Ana Cristina da Silva Tavares, que foi substituída por Alexandre Miguel Coutinho Tavares; Iolanda Maria Ribeiro da Silva Matos, que foi substituída por Júlio Martins Fernandes; Patrícia Sofia Martins dos Santos, que foi substituída por Adérito Soares e Pedro Miguel Martins Mendes, que foi substituído por Vanessa Alexandra Rodrigues Loureiro. O Presidente da Junta de Freguesia de Rocas do Vouga, Almiro da Silva Machado, comunicou que iria faltar à sessão e que seria representado por Ana Paula Almeida e Costa, Secretária da Junta de Freguesia, mas, uma vez que ela não compareceu, foi registada a sua falta. O membro Jorge Manuel Henriques da Graça comunicou que iria atrasar-se para a sessão, mas foi marcada a sua falta por não ter comparecido à sessão. O Presidente da Assembleia Municipal deu, ainda, conhecimento da renúncia ao mandato apresentada por Ana Maria Tavares Mendes, no passado dia 07 de abril de 2023, tendo entrado em funções Iolanda Maria Ribeiro da Silva Matos para a sua substituição.-----

## -----1 – Ata e Correspondência-----

**1.1 Ata n.º 281 de 24 de fevereiro de 2023:** Foi apreciada a ata da sessão ordinária de 24 de fevereiro de 2023, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, e foi aprovada, por unanimidade, com vinte e um votos a favor, dos membros Alexandre Rocha, Alexandre Tavares, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Cláudia Cruz, Diana Paiva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Isabel Tavares, João Oliveira, José Sousa, José Lemos, Júlio Fernandes, Maria Pereira, Paulo Lourenço, Renata Marques, Sandra Pereira, Sérgio Silva e Tânia Pinheiro.-----

## 1.3 Correspondência e Informações:-----

Correspondência recebida desde a última sessão ordinária, que foi disponibilizada aos membros da Assembleia Municipal juntamente com a documentação da sessão:-----

- E-mail enviado pela AMPinvest sobre o alojamento local em Sever do Vouga;-----
- Convite para a sessão de divulgação do Programa UNIR@Região de Aveiro;-----
- Convite para a Rota da Lampreia e da Vitela;-----
- Convite da Landmania para Mirtilo de Honra no âmbito do passeio de todo-o-terreno “LandMania em Salto Alto”;-----
- Contestação da APA no âmbito do processo das cheias 2019;-----
- Contestação da Greenvouga no âmbito do processo das cheias 2019;-----
- Relatório de Avaliação do Plano de Ação da RIVD de Sever do Vouga - 2022;-----
- Acordo de parceria entre a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Sever do Vouga e a Eurosistra Portugal;-----
- Convite para o Leiria Business Spring Event;-----
- Convite para a Homenagem ao Eng.º João Vidal;-----

- Convite para o espetáculo de Herman José com a BUMP;-----
- Renúncia ao Mandato apresentado por Ana Mendes;-----
- Ofício da IGAMAOT – Albufeira de Ribeiradio;-----
- Convocatória de Iolanda Matos;-----
- Ofício ao líder do grupo municipal do PS a comunicar renúncia ao mandato e substituição;-----
- Convite da Junta de Freguesia de Pessegueiro do Vouga para a Caminhada da Rota das Laranjeiras.-----

Além da correspondência disponibilizada, o Presidente da Assembleia Municipal apresentou algumas notas relativamente aos eventos em que tinha estado presente:-----

- Abertura do Festival das Camélias e da Rota da Lampreia e da Vitela, no dia 15 de fevereiro, a convite do senhor Presidente da Câmara Municipal;-----
- BTL, em Lisboa, no dia 02 de março, a acompanhar o Presidente da Câmara Municipal;-----
- Entrega dos símbolos das Jornadas Mundiais da Juventude, em Sever do Vouga, no dia 06 de março, a convite do senhor Presidente da Câmara Municipal;-----
- Reunião com a senhora Ministra da Habitação, no dia 14 de março, a acompanhar o Presidente da Câmara Municipal e a senhora Vereadora Paula Coutinho;-----
- Reunião na APA, em Coimbra, no dia 30 de março, com o senhor Presidente da Câmara Municipal, relacionada com a elaboração do programa especial, ou o plano de ordenamento, para a albufeira. O Presidente da Assembleia Municipal referiu que a reunião não tinha corrido particularmente bem. Informou que a mesma tinha sido complementada por uma visita daquela comissão ao local, no dia 19 de abril, a convite do Presidente da Câmara Municipal, para que pudessem ver uma série de situações mais críticas. Explicou que era muito difícil, se não impossível, legalizar o que quer que fosse naquela zona de restrição e que, como membros da Assembleia Municipal, era bom que alertassem as pessoas para os riscos que corriam ao adquirir terrenos ou construções naquela zona de restrição;-----
- Homenagem ao Eng.º João Vidal, no dia 02 de abril, onde a Mesa esteve representada por António Cruz;-----
- Reunião com a senhora Ministra da Coesão Territorial, no dia 03 de abril, a convite do senhor Presidente da Câmara Municipal;-----
- Homenagem do Vouga Sport Clube a Bartolomeu Amaral, no dia 10 de abril, no Alto do Roçário;-----
- Apresentação do programa UNIR@Região de Aveiro 2030, no dia 10 de abril, no Vougapark. O Presidente da Assembleia Municipal disse lamentar ter estado tão pouca gente na apresentação, particularmente da Assembleia Municipal e das juntas de freguesia e, também, das coletividades do nosso concelho, uma vez que teriam aproveitado muito para saber aquilo com que poderiam contar a nível daquele programa.-----
- Abertura do Dia Nacional dos Moinhos de Portugal, no parque urbano, no dia 15 de abril, com a Vereadora Paula Coutinho;-----
- Reunião com uma equipa da Navigator, no dia 21 de abril, a convite do senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre as minas do Braçal e da Malhada e do que se pretende que seja lá implementado;-----
- Comemoração do 49º aniversário do 25 de Abril, na companhia do Primeiro Secretário. O Presidente da Assembleia Municipal disse lamentar que não tivesse tido mais presença da parte da Assembleia Municipal e, embora entendesse que as pessoas tivessem os seus afazeres, era importante marcar presença naquele tipo de evento;-----
- Assembleia Intermunicipal da Região de Aveiro, no dia 16 de abril;-----
- Reunião com o senhor Secretário de Estado da Justiça, no dia 28 de abril, no edifício dos Paços do Concelho, a convite do Presidente da Câmara Municipal, onde se tratou

da possibilidade de transformar o juízo de proximidade de Sever do Vouga num juízo de competência genérica, entre outros assuntos de menor importância. O Presidente da Assembleia Municipal referiu que a reunião tinha corrido muito bem e que o senhor Secretário de Estado os tinha informado que o mapa judiciário estava, atualmente, a ser avaliado.

## -----2 – Período de Antes da Ordem do Dia-----

Feitas as inscrições, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a primeira palavra a António Monteiro.

**António Monteiro** – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores presidentes de Junta, senhores deputados municipais. Queria trazer ao conhecimento da Assembleia Municipal que, na passada quarta-feira, dia 26, houve reunião da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Região de Aveiro e, em nome do CDS, e enquanto deputado dessa assembleia, representante de Sever do Vouga, tive oportunidade de questionar o Presidente da Comissão Executiva, que é Presidente da Câmara de Aveiro, o Eng.º Ribau Esteves, sobre a situação da falta de médicos de família em toda a região e que afeta, particularmente, Sever do Vouga. Nós sabemos que, neste momento, existem 1 600 000 portugueses sem médico de família. Infelizmente, não foi cumprida a promessa do atual Primeiro-Ministro de que, em 2016, não haveria um único português sem médico de família. Como é fácil de constatar a situação não melhorou, aliás, a situação está pior. E está pior porque aquilo que nós vemos é que há vários concursos que, ao que parece, não vão conseguindo suprir a falta de médicos de família e, por essa mesma razão, urge saber que medidas vão ser tomadas no âmbito da região de Aveiro, de modo a ajudar os municípios e as populações da região que não têm médico. Chamei, também, a atenção para aquilo que é um projeto que está, neste momento, em curso e que carece de ser aprofundado, que é permitir a formação de médicos na Universidade de Aveiro em ligação com o hospital de Aveiro e ampliando aquilo que é o hospital de Aveiro. Perguntei se já havia mais notícias relativamente a essa matéria e, infelizmente, aquilo que nos foi dito é que não haveria, neste momento, ainda mais desenvolvimento e que parece que existiriam alguns obstáculos colocados por outras entidades ou corporações ao desenvolvimento desse curso de medicina porque, obviamente, seria extremamente benéfico para a região se ela pudesse formar os seus próprios médicos que, evidentemente, poderiam aqui ficar. Chamei, também, à atenção para aquilo que é uma prática que já começa a ser seguida, nomeadamente aqui no concelho de Sever do Vouga e, em especial, na Junta de Freguesia de Talhadas, de haver um serviço médico prestado aos seus fregueses, mas também de outras situações desse género que existem também no país e na região. E, aquilo que nós sabemos é que este apoio médico que é dado, infelizmente, tem dificuldade em poder utilizar aquilo que são os serviços que apenas o Serviço Nacional de Saúde pode prestar e que tem a ver com a possibilidade de prestar receituários dos exames de diagnóstico que sabemos são caros e que, por isso mesmo, é importante ter acesso a essa base de dados. Eu confesso que não quis entrar nesse debate na assembleia intermunicipal, mas o senhor Presidente da Comissão Executiva aquilo que disse era que considerava um mau princípio porque haveria recursos da Administração Central que não são transferidos para as autarquias e que as autarquias estariam a assumir uma responsabilidade que não lhes caberia. Não seria tão temerário como o senhor Presidente da Comissão Executiva, mas também ele não está aqui para debater. Eu não tenho dúvidas nenhuma quanto à legalidade daquilo que são as atribuições das autarquias e nas atribuições das autarquias, desde as freguesias aos municípios, está previsto que, dentro das suas atribuições, estão as questões de saúde. Portanto, as atribuições, como todos nós que passamos pelos bancos da faculdade de direito sabemos, são os fins aos quais se destinam a persecução desses fins para os quais existem essas entidades e nelas está a saúde. Agora, é evidente que aquilo que me parece é que esta preocupação tem que continuar no topo das prioridades de Sever do Vouga, que devemos procurar, tanto quanto possível, as diferentes forças políticas, as

diferentes autarquias do território, seja a Câmara Municipal, seja as juntas de freguesia, cooperar no sentido de encontrar soluções que nós percebemos que, neste momento, quer a nível do país, quer a nível da região, não nos são oferecidas e esse é um desafio que eu deixo e que seria importante que fosse acompanhado e fosse feito o trabalho de apoio a quem mais precisa, que são quem precisa de um médico e muitas vezes não o tem ou não tem condições para suportar um seguro de saúde que permita ter acesso à medicina privada. Sei, por exemplo, do caso de uma autarquia em que aquilo que foi negociado, essencialmente, assume praticamente aquilo que é um seguro de saúde para todos os que têm mais de 65 anos e que, desde as próteses aos óculos, dentista, são suportados pelo Município mediante a inscrição e uma condição de recursos que foi estabelecida e que padece, exatamente, do mesmo problema, mas numa escala ainda maior que é a de ter, nesse caso, dezenas de milhares de munícipes que não têm acesso a um médico de família. E essa situação, como é evidente, desafia-nos a todos porque, sem dúvida, em especial para os mais velhos, sabemos que é muito difícil encontrar uma solução que não passe, muitas vezes, por ir de madrugada para o Centro de Saúde e esperar por uma consulta que, muitas vezes, não têm médico para a dar. Muito obrigado.-----

Terminada a intervenção, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a Diana Paiva.-----

**Diana Paiva** – Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal e restante executivo, excelentíssimos senhores membros da Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores. Este executivo tem feito por marcar a diferença na vida das pessoas, dos seus munícipes. O Balcão BUPi mudou de instalações, está agora num espaço mais adequado a receber todos aqueles que querem registar as suas propriedades por georreferenciação, sendo que, com isso, vagou um espaço para outras necessidades da Câmara. Apraz-nos verificar ainda que o Festival das Camélias se mantém, já que reúne pessoas de todo o concelho e concelhos vizinhos sendo um foco atrativo para o nosso turismo, e, agora, agregado à Rota da Lampreia e Vitela, num outro espaço, no Centro das Artes e do Espectáculo que permite rentabilizar não só este Centro, mas também reduzir a despesa já que não há necessidade de alugar tendas para esse efeito. Foi ainda com muito agrado que registamos a passagem dos símbolos das Jornadas Mundiais da Juventude pelo nosso Concelho, com vários dos nossos autarcas a levarem esses mesmo símbolos em ombros, e depois toda a comunidade a aderir, não só aqui da Vila, mas por todas as freguesias e instituições das mesmas. Foram momentos bastantes marcantes nesta viagem que acaba por ser mundial, sabendo ainda que há vários Severenses mobilizados para receberem, em suas casas, jovens vindos de outras paragens. Muitos de nós notaram que o centro da Vila levou uma operação de limpeza. Verificamos que desde o pelourinho até perto das instalações da GNR houve uma lavagem e cuidado com o chão, muros e paredes de edifícios públicos. Assim como se verificou um novo cuidado no parque da vila que, muitos de nós, eu incluída, chamamos de Piolhosa, sem desprimor para o espaço. Por último, senhor Presidente, gostaria de questionar se o Município apresentou alguma candidatura para as intempéries e qual é a expectativa sobre a mesma. Como nota final, enquanto membro da CPCJ, eleita por vós, quero agradecer ao senhor Presidente da Câmara e à senhora Vereadora Paula Coutinho por terem participado no Laço Azul Humano, neste mês de abril, mês da prevenção dos maus-tratos na infância. Muito obrigada.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a João Oliveira.--

**João Oliveira** – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara Municipal e restante executivo, senhores membros da Assembleia Municipal, senhores presidentes de Junta de Freguesia, comunicação social, meus senhores e minhas senhoras, muito boa tarde a todos. O 25 de Abril foi há apenas três dias e entendemos que é importante recordá-lo aqui. Há 49 anos, no dia 25 de Abril, estava eu e muitos mais jovens

no serviço militar, já com passaporte carimbado para irmos combater para as ex-colónias, quando Portugal acordou, soltou-se, ergueu-se e com firmeza deu os seus primeiros passos, em direção à democracia, que rima com liberdade. A insatisfação com o rumo que estava a levar a guerra colonial, que durante treze anos tantas vidas humanas ceifou, que tantas famílias destróçou e que tantas injustiças cometeu, foi a causa próxima da revolução dos capitães de Abril. O golpe militar, conduzido pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), pôs termo a quarenta e um anos de regime autoritário do Estado Novo, abrindo caminho para a resolução do problema da guerra colonial e, não menos importante, abrindo caminho à democratização e desenvolvimento do nosso país, à liberdade de imprensa e de expressão, mais acesso à educação e ensino superior, independência e dignificação do poder judicial, Serviço Nacional de Saúde, salário mínimo nacional, pensões sociais para pessoas que nunca descontaram para a previdência, direito a férias com pagamento do respetivo subsídio, pagamento do 13º mês no final do ano, direito à greve, emancipação da mulher, escolha pelo povo dos seus dirigentes, em eleições livres. Estas algumas das conquistas da Revolução do Cravos. Tratou-se de uma revolução em que a violência habitual das revoluções não se veio a verificar, e em que, em vez de balas havia cravos nos canos das espingardas, oferecidos pelo povo, como sinal de renascimento e de mudança. Em vez de mortos e feridos existia um sorriso rasgado nos presentes, militares e civis. Uma alegria contagiante com sabor a liberdade. O poder local democrático é uma das conquistas da Revolução de Abril, consagrado na nossa constituição. São os eleitos pelos cidadãos locais, que têm a obrigação e a responsabilidade de dar voz aos legítimos anseios e às justas reivindicações das populações. Devemos isto aos capitães de abril e, também, à irreverência e à audácia dos estudantes universitários. Mantendo o espírito do 25 de Abril, nós, deputados do Partido Socialista, continuaremos a reivindicação para os severenses, por melhores cuidados de saúde, pela fixação dos médicos no nosso concelho, por melhores condições de ensino e apoio aos nossos estudantes, por mais e melhores meios de transporte, pelo apoio às pessoas mais necessitadas, enfim, pelo desenvolvimento económico, social e cultural do nosso concelho e pela melhoria das suas condições ambientais. Viva a liberdade. Muito obrigado.-----

**O Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a Isabel Tavares.-----  
**Isabel Tavares** – Boa tarde a todos. Saúdo o senhor Presidente e os restantes membros da Mesa, o senhor Presidente da Câmara e restante executivo, os membros da Assembleia Municipal, presidentes de Junta, minhas senhoras e meus senhores. *“Reza a história que quando visigodos e suevos se debateram em luta no nosso território, nos inícios do século VI e após vitória dos primeiros, se terá estabelecido por cá um dos seus notáveis guerreiros - O Conde de Sevéri. Durante largos anos os familiares descendentes deste conde usaram o mesmo título, acabando por dar origem ao que hoje se chama Sever. E por tão profundas décadas há de ter sido o poderio desta família que no século XII em São Mamede, ao lado de D. Afonso Henriques, pronto para o auxiliar na árdua, mas gloriosa conquista de independência de Portugal, encontramos D. Ermígio Muniz de Figueiredo, 1º Conde das Terras de Santa Maria e XXII Conde Sevéri. À palavra Sever se lhe juntou o vocábulo Vouga, uma vez que é este o nome do rio que aqui passa. A Carta de Foral de Sever do Vouga foi atribuída por D. Manuel I, a 29 de abril de 1514.”* Acabei de citar o que se pode ler no site do Município sobre a história do concelho. Enquanto que, no separador “Dia do Município” podemos ler tão simplesmente “feriado municipal – 21 de Setembro – dia de S. Mateus”, sem qualquer outra explicação ou menção. Esta é, claro, uma situação de há longos anos, a que o executivo estará, certamente, atento. Uma carta de foral é, no dizer do nosso conterrâneo historiador António Tavares *“um documento jurídico, outorgado por autoridade legítima, destinado a regular a vida coletiva de uma povoação”*. E continua, explicitando ao pormenor todos os direitos e obrigações inerentes a esta atribuição. Em cada uma delas consigo encontrar uma das funções dos atuais órgãos autárquicos, de que a Assembleia Municipal é um exemplo. Outros municípios, como o

nosso vizinho Oliveira de Frades, celebra o seu feriado municipal, comemorando a restauração do concelho por decreto régio. Todos aqui sabemos que, tradicionalmente, a festa de São Mateus se tratava de uma festa de romarias, com muitos visitantes. Porém, ao longo do tempo esta tradição foi-se perdendo e se, hoje em dia, questionarmos a maioria da população do nosso concelho, particularmente os mais jovens, certamente não encontrarão um motivo racional para que se continue a celebrar o feriado municipal nessa data, embora saibamos que na altura em que foi definido ninguém falava em forais. Assim, a proposta que hoje aqui trago e que há cerca de 30 anos defendo e que, agora, como membro da Assembleia Municipal, não poderia deixar de trazer a discussão é a de que se abra uma franca e independente discussão sobre a possibilidade de, à semelhança do que já aconteceu por exemplo no Município de Cascais, se alterar o feriado municipal de Sever do Vouga para 29 de abril, data da atribuição do foral. Obrigada.-----

Seguidamente o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a António Dias.--  
**António Dias** – Obrigado, senhor Presidente. Senhor Presidente da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores membros da Assembleia Municipal, senhores presidentes de Junta, senhores jornalistas, minhas senhoras e meus senhores. Ainda no rescaldo das últimas assembleias municipais, refiro-me, neste caso, à assembleia de 16 de dezembro de 2022, solicitei esclarecimento verbal e escrito ao senhor Presidente da Assembleia de todas as pessoas nomeadas, avençadas e demais contratações, de todos os valores auferidos, abonos, descontos e respetivas funções desde o início do seu mandato. Até agora, sobre o esclarecimento escrito no dia 23 de fevereiro, pergunto, terá o senhor Presidente da Assembleia dois pesos e duas medidas? Também no rescaldo da assembleia municipal de 24 de fevereiro de 2023, solicitei aqui, novamente, para quando? Solicitei um esclarecimento ao senhor Presidente da Câmara sobre a pavimentação de várias curvas na E.N. 333, junto ao lugar da Ereira, cruzamento para a Vide, assim como a reparação de estradas e caminhos da freguesia a necessitar de obras. Solicitei, também, esclarecimento sobre um centro escolar na freguesia de Talhadas, possibilidade e disponibilidade da Junta apoiar. Agora que o tema já foi aqui muito debatido e foi muito falado e referido na última assembleia, sobre o estado da saúde no nosso concelho, tempos houve em que existia uma preocupação em escutar os presidentes de junta, até reuniões houveram para elaborar o plano estratégico de saúde e bem-estar do concelho. Nesse sentido, e também por causa dessa reunião, venho perguntar quando abrirá, de novo, a extensão de saúde de Talhadas e, também, como está a situação da substituição, ou não, do médico. Na última assembleia municipal, houve até quem parecesse ter ficado com urticária por, felizmente, a freguesia de Talhadas ter alguns recursos que possibilitaram a contratação de médicos. Atenção, fala-se por aí, mas a Junta não tem qualquer receita dos concelhos dos baldios, uma vez que não os administra. Gostaria, também, de salientar aqui que a Junta de Freguesia de Talhadas sempre se preocupou com os seus fregueses e tudo fará para tentar minimizar os efeitos das baixas, reformas dos serviços básicos e que estão na constituição como sendo de carácter obrigatório para qualquer cidadão em Portugal. Ouvi bem as palavras do senhor Presidente, na última assembleia. Médico de família esteve de férias. Referiu que, na assembleia municipal que o SNS é fundamental para as pessoas que cá vivem, não temos falta de médicos, temos um plano de saúde que está a ser elaborado, maior proximidade com a ARS Centro e ACeS, assuntos que não podem ser discutidos na praça pública, têm que ser discutidos entre portas, nem ao sabor de notícias jornalísticas, que estão no bom caminho, que não querem anunciar por anunciar, que relativamente às baixas médicas acordo que está a ser preparado, estamos a trabalhar com a ACeS, em que os utentes tenham pleno acesso ao SNS, já temos acordo com as entidades para o poder fazer, que desafiou para eu dizer quem era a pessoa que ficou sem medicamentos, que para termos receitas médicas a Junta de Freguesia podia pedir as receitas médicas bastava que se disponibilizasse a colaborar com o SNS e ACeS e o serviço era disponibilizado gratuitamente. Eu desafio-o aqui, senhor Vice-Presidente, a dizer quem é que ficaria, ou não, sem medicação. Até desafio quem ficaria sem medicação

por não poder suportar o custo total dos medicamentos na sua totalidade por falta de receita, ou seja, quem não tem receita médica paga a cem por cento. Leva a receita e devolvem-lhe o dinheiro. Eu pergunto, nesse período temporal, como é que as pessoas fazem para, por exemplo, almoçar se esse dinheiro lhes é retido? Desafio, também, aqui o senhor Presidente a dizer como quer debater os assuntos entre portas, uma vez que as últimas duas reuniões que marcou comigo, como presidente de Junta, uma não disse nada e a outra não apareceu. Gostava de saber aqui o porquê. Talvez fosse para me comunicar que o médico é só em setembro, que as obras que a Junta propôs ao abrigo do protocolo não estarão aceites. Mas, a Junta fez como o senhor disse e até levou as solicitações de prescrições dos utentes até ao Centro de Saúde, mas a resposta foi negativa, dizendo que não tinham protocolo com a Câmara Municipal e que não poderiam passar as mesmas. Sinto uma tristeza profunda por, afinal, este executivo da Junta de Freguesia é tratado como laiaço ou serviçal e não como membro integrante que resolve o que a Câmara e outras instituições não conseguem, por motivos óbvios, resolver. Curiosidade estatística – até ao momento, já foram consultadas cerca de duzentas pessoas e, passados cerca de oitenta receituários. Evitou que cerca de trezentas pessoas tivessem à espera três semanas por receitas ou de consultas que poderiam ainda não ter acontecido. Será que é crime o que fizemos? Ajudar o próximo? Eu julgo que não. Fomos eleitos para resolver e não para a andar a empurrar com a barriga. Da minha parte, tenho a noção de que estarei sempre disponível para ajudar e para fazer parte da solução. Já agora, senhor Presidente, se me permite, falei na última reunião Estratégia Local de Habitação. Vi que se candidataram no dia 24 de janeiro de 2022, fizeram uma candidatura, e eu pergunto, já desafiei aqui, gostava de ter aqui um esclarecimento sobre terrenos de construção para habitação a preços reduzidos, nas várias freguesias do concelho, para potenciar a fixação dos nossos jovens com benefícios para todos. Senhor Presidente, peço que estude a possibilidade de aquisição e loteamentos de terrenos nas freguesias com as juntas, dando, por exemplo, o apoio de engenharia e de arquitetura. Obrigado, senhor Presidente.-----

**Presidente da Assembleia Municipal** – Muito obrigado, António Dias. Eu não registei mais intervenções e começava já por responder ao António Dias, à interpelação que fez, no sentido de que já me conhece, penso eu, suficientemente bem para saber que o Presidente da Assembleia não tem, e nunca terá, dois pesos e duas medidas. A informação relativa à contratação foi-me apresentada pela Câmara Municipal e tenho quase a certeza que lhe foi enviada. Isto antes da última Assembleia Municipal. No entanto, já pedi à secretária para ir verificar se, de facto, esse e-mail lhe foi enviado ou não. Isto é o que eu tenho a dizer relativamente a essa parte. Dito isto, dava desde já a palavra ao senhor Presidente da Câmara.-----

**Presidente da Câmara Municipal** – Muito obrigado, senhor Presidente. Diana Paiva, de facto, o Município sofreu uma série de danos em infraestruturas e equipamentos municipais provocados pelas cheias e inundações ocorridas em dezembro de 2022 e janeiro de 2023. A nossa estimativa muitos milhões de euros. Nós apresentamos uma candidatura que mereceu o parecer favorável da CCDR. Neste momento, foi feito o registo, de acordo com a CCDR, da candidatura em causa na plataforma informática da Direção-Geral das Autarquias Locais. Estará connosco, aqui no Município, no dia 16 de maio, a senhora Secretária de Estado das Autarquias Locais e, naturalmente, será um dos muitos assuntos que teremos que abordar com ela. Relembro que, também no ano 2019 foi feita uma candidatura. A candidatura perdeu-se no tempo. Nós recuperámos essa candidatura e, infelizmente, o valor dado foi muito baixo. Aquilo que teria dado, na casa dos 60% ou 65% acabou por ser o valor na casa dos 20%, o que, manifestamente, dificultou muito os nossos planos. Isabel Tavares, é um assunto que, todos os anos, já percebi que a Isabel vai trazer. É um assunto que, naturalmente, se entenderem discutir, eu pessoalmente assumo que gosto muito do feriado no dia 21 de setembro porque é uma data que me diz bastante, mas aquilo que os Severenses decidirem por mim está tudo bem. O que lhe posso dizer é que, este ano, é feriado no dia 29 porque é sábado e para o ano será no domingo. Senhor



António Dias, eu, respondendo ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, também, tenho quase a certeza de que os elementos foram enviados antes da última assembleia municipal, mas certamente a Carla confirmará. Queria-lhe só dizer relativamente à Junta de Freguesia de Talhadas, transportes, a questão que nos colocou está resolvida. Creche, a questão que nos colocou está resolvida. Zona industrial, a questão que nos colocou está resolvida. Estamos a ultimar uns projetos, mas temos uma série de investidores interessados. Naturalmente, se tivessem estado presentes, também, no Programa UNIR@Região de Aveiro que decorreu no Vougapark, como o senhor Presidente da Câmara Municipal falou, poderiam ter visto, a nível de investimentos que temos previstos para os próximos anos, no PT2030, poder-se ia ver nos investimentos previstos que lá colocamos, naturalmente dependendo da verba que vier a ser alocada ao Município, a construção de um centro escolar do outro lado do rio, centro que beneficiaria as juntas de freguesia de Cedrim e Paradela e de Talhadas. A localização, naturalmente, estará definida. A Extensão de Saúde de Talhadas também constava desses investimentos. Relativamente à E.N. 333, nas curvas da Ereira, está para audiência prévia e termina na terça-feira. Relativamente à estrada das Arcas, a obra decorre. Tem conhecimento disso. Agora, relativamente a reuniões que falou, não me lembro de ter marcado nenhuma reunião e não aparecer. Nem me lembro de nenhum e-mail ou telefonema que tenha feito e que não tenha respondido, mas posso estar a falhar em alguma coisa. Obrigado.-----  
De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu, novamente a palavra a António Dias.-----

**António Dias** – Senhor Presidente, eu não disse aqui que não foi entregue. Eu disse é que são dois pesos e duas medidas. Se foi verbal para alguns, eu queria verbal para todos. Se, em Pessegueiro do Vouga disse aquilo que lhe perguntaram, por escrito e verbal, disse em plena assembleia quanto é que auferiu o senhor doutor António Carlos Monteiro e o senhor Vereador Ricardo Silva, eu pedi a mesma coisa. Pedi verbal e escrito. Eu não disse que não foi recebido. Eu disse verbal e escrito.-----

**Presidente da Assembleia Municipal** – Vai-me desculpar, mas não vou entrar em diálogo. O senhor disse que não lhe foi enviado. Terminou a discussão sobre este assunto. Se tiver alguma dúvida, tem que a colocar para novas informações que sejam prestadas.----

### ----- 3 – Período da Ordem do Dia -----

**3.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal:** - O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**Presidente da Câmara Municipal** – Muito obrigado, senhor Presidente. Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, excelentíssimas senhoras vereadoras e senhores vereadores excelentíssimos senhores membros da Assembleia Municipal, membros da comunicação social, minhas senhoras e meus senhores. Desde já, peço desculpa pela forma como estou a falar. Fui operado à garganta e tenho algumas dificuldades, portanto, não me vou alongar, seguramente, hoje. Começo por, pessoalmente, convidar todos os presentes para a participação na Feira Quinhentista, que se inicia hoje e promove a divulgação da nossa história e da nossa cultura, bem como privilegia a proximidade com as nossas associações. Acredito que todos leram a informação escrita remetida, que contém, de forma detalhada, a atividade dos serviços no último período. Nesse sentido e para dar o meu contributo para o cumprimento do rigor do horário desta sessão, chamo a vossa especial atenção para o esforço desenvolvido junto do Governo para conseguirmos alavancar os nossos projetos no desenvolvimento do concelho. Muito obrigado.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a Renata Marques.--  
**Renata Marques** – Boa tarde a todos. Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal e senhores vereadores, excelentíssimos presidentes de Junta, excelentíssimos senhores deputados municipais, minhas senhoras e meus senhores. Antes de mais, e só porque tem vindo a ser um hábito comentar a forma da informação escrita, vou fazer a minha parte e fazer uso da liberdade

de expressão conquistada a 25 de Abril, da qual eu nunca me vi privada, mas que obviamente deve ser valorizada. Bom, apesar de faltar alguns pontos finais e uns “da” em vez de “de”, que está graficamente apelativo com imagens interessantes. Destoou o negro que destaca a explicação do Gabinete de Contratação Pública, mas tudo bem. Reparei ainda em quinze páginas da parte jurídica e forense e o valor de cada ação, o que me leva seriamente a pensar que escolhi mal o meu curso. Uma melhoria para facilitar a sua análise seria acrescentar hiperligações dos títulos ao índice. Mas, para além do que aqui está escrito, gostaria que nos informassem como é que o nosso município se preparou para o verão. Ondas de calor, tempo quente e seco e conseqüentemente para os incêndios. Os incêndios têm vindo a ser mais perigosos e duradouros, colocando em risco os bens e a vida das pessoas. Este é um assunto de extrema importância face à localização, relevo acidentado e a grande quantidade de combustível existente no nosso concelho. Gostaria que nos informassem das atividades que foram ou estão a ser feitas no sentido de nos proteger. Na informação escrita não tem informações sobre a saúde e gostaria que nos esclarecesse do plano que o nosso município tem para oferecer aos severenses o serviço de saúde que merecem. Afinal, o que está a ser feito nesta matéria? Na última Assembleia, o senhor Vereador disse que íamos ter novidades, pelo que peço que nos esclareça. Reparei, ainda, que nas obras municipais não vem referido o parque de infância, ou parque infantil, aqui do Centro Severo de Vouga. Quanto tempo mais é que vamos ter de utilizar o provisório? Muito obrigada para a atenção.-----

**O Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a António Dias.-----

**António Dias** – Obrigado, senhor Presidente. Senhor Presidente, volto a repetir. Dois pesos e duas medidas. Em Pessegueiro, o senhor leu *ipsis verbis* quanto é que receberam determin-os membros.-----

**Presidente da Assembleia Municipal** – Esse assunto está encerrado. Desculpe, mas não vou entrar em diálogo consigo. Tem algum assunto em relação à informação escrita? Faça favor.-----

**António Dias** – Gostava de saber um pedido de esclarecimento aqui, uma vez que não vi nada na informação escrita, sobre a situação do médico em Talhadas. Se está no ativo, se já foi para a reforma, quando é que é substituído, quando é que não é substituído. Primeiro esclarecimento. Segundo, Estratégia Local de Habitação. Houve a candidatura e eu gostava de saber se há algumas novidades que o senhor Presidente da Câmara possa, no fundo, dar. Terceiro, PRR. Há algumas candidaturas, eventualmente, que estejam já para abrir, algo do género? Terceiro, estrada da Silveira às Arcas. Tive conhecimento que vários moradores da freguesia de Talhadas vieram aqui a uma reunião com o senhor Presidente da Câmara e com um técnico superior e que lhes foi dito que a estrada estava parada por culpa da Junta de Freguesia. Eu gostava de ter aqui um esclarecimento cabal dessa situação. Depois, também gostava de saber, no fundo, qual é a estratégia rodoviária para o concelho, ou seja, quais são as vias que, neste caso, o Município está a pensar intervir neste ano e no próximo. Obrigado.-----

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra a António Monteiro.

**António Monteiro** – Senhor Presidente, apenas duas ou três considerações sobre a informação escrita. Desde logo, a primeira suscitada pelo convite do senhor Presidente para a inauguração da feira medieval que evoca a existência do foral. Esse documento régio que constitui a carta constitutiva de enquanto autarquia do Município de Sever do Vouga. E há uma coisa que eu acho que é importante e que sempre se fez aqui, de uma maioria para a outra, que é invocar esse mesmo momento. Eu não deixo de achar algo irónico que o partido que apoiou a anterior maioria e que decidiu sempre que não evocava o 25 de Abril, e é verdade, a anterior Câmara disse que o que era importante era evocar o foral e, agora, o Partido Socialista, que nunca teve essa preocupação, a partir do momento em que esta Câmara passou, e esta maioria composta pelo PSD e pelo CDS passou a fazer cerimónias do 25 de Abril, veio cá dizer que, afinal, o 25 de Abril sempre foi importante. Posto isto, eu percebo que nós somos um Estado laico. É verdade, também. Mas, é

verdade, também, que a maioria das autarquias, quando escolhe o seu feriado municipal, tem em regra não escolher o dia do foral, mas sim escolher o dia do santo padroeiro e, ao contrário do que foi dito aqui há pouco, tive o cuidado de ir à internet verificar, Cascais chegou a ter o dia do foral e mudou exatamente para o dia do santo padroeiro, Santo António, no dia 13 de junho. Portanto, para mim, e para que fique, desde já, claro, eu estou com o senhor Presidente da Câmara. Acho que evocar São Mateus, apesar de sermos um Estado laico, faz todo o sentido que se mantenha, até porque não se consegue fazer uma evocação que mova tanta gente como o São Mateus em torno daquilo que, na realidade, é um documento de reconhecimento de uma realidade que já existia, que era a existência de um povo, em Sever, que se pretendia organizar e governar e administrar justiça, daí, também, a existência do pelourinho aqui bem perto. Dizer, também, em relação à informação escrita, que, olhar para a informação escrita que temos hoje e compará-la com as informações escritas desde o mandato anterior, eu percebo que, às vezes, possa haver a vontade do Partido Socialista em dizer qualquer coisa sobre a informação escrita, mas, neste caso, para além das notas relativamente a algumas falhar ortográficas, eu confesso que não consegui perceber quando já têm um índice, que a informação escrita está documentada com toda a informação necessária para que possamos avaliar aquilo que foi este trimestre de atuação do Município. Aquilo que é a nota feita de que falta um link que, se calhar, facilitava a consulta no computador, com toda a franqueza, eu acho que já é um exagero por parte do Partido Socialista e acho que esta informação escrita, comparando com todas aquelas que tivemos no mandato anterior, contrasta exatamente pela sua transparência e pela qualidade da informação que nos é prestada. Basta ver, nomeadamente, em matéria daquilo que são a informação jurídica em que, no mandato anterior, a opacidade era total. Os processos não tinham andamento, a informação era praticamente omissa. Aliás, só à insistência da oposição é que passou a ser dada mais informação. Agora, não se gostar do número de páginas que tem a informação escrita, eu acho que prefiro que a Câmara seja criticada por dar mais informação por quem nunca teve grande vontade de dar informação à Assembleia, pelos vistos, do que ser criticada por não a dar e não a dar com a qualidade que nós desejamos. Muito obrigado, senhor Presidente.-

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a João Oliveira.-----

**João Oliveira** – Mais uma vez, muito boa tarde a todos. Eu queria aqui dizer ao senhor António Carlos Monteiro que, para o grupo parlamentar do Partido Socialista, a liberdade e as conquistas do 25 de Abril são algo muito importante. Portanto, merecem aqui ser referidas e merecem ser recordadas porque há muitas das conquistas do 25 de Abril que nós, com o tempo, e sobretudo as pessoas mais jovens, nem se apercebem de que elas existem porque já nasceram com elas. Quanto à informação escrita, eu também penso que o grupo parlamentar do PS tem a liberdade de sugerir ações de melhoria. Muito obrigado.- De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a Renata Marques.-----

**Renata Marques** – Renovo os meus cumprimentos. Eu acho engraçado o senhor deputado. Porque é que se refere a nós quando já vamos em dois anos de mandato deste novo executivo? Eu não vim comparar com o executivo anterior. Eu não critiquei, eu sugeri. Eu até disse que tinha imagens interessantes. E só comentei porque temos esta resistência de ultrapassar esta fase de comentar a forma de uma informação escrita. Mas, o design até está muito bom. Foi uma sugestão. Obrigada.-----

Terminadas as intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se tinha algum esclarecimento a fazer em função das intervenções.-----

**Presidente da Câmara Municipal** – Senhora membro da Assembleia Municipal, Renata Marques, relativamente à informação escrita, vamos naturalmente, como eu sempre disse, tentar melhorar. Relativamente à questão do parque - o parque que foi feito ali em baixo não é propriamente um parque provisório. É um parque que aproveitou o material,

nomeadamente as madeiras, do parque antigo onde será feito um estacionamento no âmbito da praça e que estamos a ultimar o projeto. Também é um dos investimentos que aparece no Programa UNIR@Região de Aveiro no âmbito do PT2030, sendo que, efetivamente, a Câmara Municipal, juntamente com a ajuda da Junta de Freguesia de Sever do Vouga, quer fazer um novo parque infantil, no parque urbano, com outras dimensões, outra qualidade e outros equipamentos. Ainda hoje tivemos uma reunião precisamente por causa das bases. Não sei precisar quando é que estará feito. Parafraseando um técnico aqui dos serviços camarários, é logo que possível. Aquilo que temos verificado é que, efetivamente, este parque ali em baixo tem sido usado bastante e tem surpreendido pela positiva. A questão das bases é algo que nos preocupa porque eu gostaria que fossem os serviços da Câmara a fazê-las. Agora, se nós temos que fazer uma empreitada para as bases, vamos andar aqui muito tempo porque, infelizmente, é o que é costume. Porque é mesmo assim, a contratação pública funciona desta forma, mas nós, juntamente com a Junta de Freguesia de Sever do Vouga, vamos tentar o mais rápido possível fazer as bases para que o parque esteja, o mais rapidamente possível, realizado, mas não me quero estar a comprometer com nenhuma data. Senhor António Dias, relativamente à reunião que houve com alguns elementos de Talhadas, são precisamente os mesmos elementos que, já agora, para dizer também uma coisa à senhora membro da Assembleia Municipal, Renata Marques, estamos há um ano e meio em funções, não há dois. Relativamente à estrada das Arcas, no início do nosso mandato, pediram-me uma reunião e eu fui quase abalroado por um senhor, que mora nas Arcas, a dizer quando é que se fazia a estrada e eu conhecia a estrada, porque ia muitas vezes para Lameiro Longo, mas confesso que nem sabia que a estrada se chamava estrada das Arcas, e percebi a importância daquela obra e a rapidez com que nós a tínhamos que executar, precisamente também no dia em que fui fazer o transporte com as crianças e íamos no autocarro e ele abanava por todo o lado. Portanto, nós temos dado corda aos sapatos, sendo que é uma obra de grande vulto, é uma obra que custa muito dinheiro, e foi precisamente a questão colocada por esses moradores foi se era verdade que a obra estava suspensa por causa da Junta de Freguesia e nós esclarecemos que não. Esclarecemos que a obra não estava suspensa, mas que a Junta de Freguesia tinha, efetivamente, através de e-mail, pedido a suspensão da obra para que passasse uma conduta que, supostamente, estaria prevista há muito tempo. A resposta que foi dada, porque a obra tem fiscalização externa, foi que não havia necessidade da suspensão da obra, que é uma obra de grande extensão, portanto, foi-lhe pedido os elementos para que, naqueles locais onde quisesse passar a conduta, então nós suspenderíamos a obra, mas continuaríamos a obra noutro local. Ficou tudo esclarecido. No dia a seguir, segundo sei, houve uma reunião com a população, com o Chefe de Divisão, o Eng.º Fernando Marinheiro, a fiscalização externa e, também, com o senhor António Dias. Penso ter ficado tudo esclarecido, mas se houver alguma dúvida, naturalmente estamos disponíveis. Quero só dizer que o valor da estrada das Arcas será, provavelmente, superior a € 400 000,00. Espero não chegar aos € 500 000,00. É uma obra muito grande. Relativamente à Estratégia Local de Habitação, eu pediria autorização ao senhor Presidente da Assembleia Municipal para que a senhora Vereadora Paula Coutinho pudesse falar e, depois, relativamente à saúde, eu pediria autorização ao senhor Presidente da Assembleia Municipal para que o senhor Vice-Presidente pudesse tecer alguns comentários. Antes de falarem, se me permitirem, o senhor António Dias terá feito uma pergunta sobre o PRR. O PRR, daquilo que nós vamos vendo, é uma mão cheia de nada. De facto, falou-se muito do PRR, mas não vai dar a nada. A nível de candidaturas, nós temos ido a tudo que podemos. Ainda agora esta candidatura das intempéries que veio aprovada. Fizemos uma candidatura, também, no âmbito da limpeza das faixas de gestão de combustível à volta das zonas industriais que veio aprovada. Estamos à espera do contrato para assinatura. Até, vejam bem, a candidatura dos veículos elétricos, dos Nissan Leaf, que estava aí desde 2019, nós resgatamos e foi assinada a semana passada, portanto, nós temos ido a tudo. O PRR, para mim, é uma mão cheia de nada. Não vejo, fala-se

muito, mas eu não vejo nada. Mas, temos ido a tudo o que é candidatura e penso que o Gabinete de Apoio às Empresas, é a informação que eu tenho, também sempre que há candidaturas que vai informando as juntas de freguesia do que há e tem colaborado com as juntas de freguesia. Agora, tudo o que é contratos-programa, tudo o que é outro género de candidaturas, a gente vai a tudo. Até já temos sido conhecidos por isso.-----

**O Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a Paula Coutinho.-----

**Paula Coutinho** – Boa tarde a todas e a todos. Relativamente à questão da Estratégia Local de Habitação, como o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Talhada já referiu, ela foi aprovada no ano passado. Portanto, nós estamos aqui a fazer algumas alterações porque não se adequava àquilo que era a estratégia deste executivo e, portanto, essas alterações estão a decorrer com uma empresa que nos está a dar apoio e, através da contratação, está-nos a dar esse apoio. Portanto, o que é que acontece, a Estratégia Local de Habitação é duas fases. Uma que é direcionada para o Município e outra para os beneficiários diretos. E, no decorrer daquela reunião que nós tivemos com a Ministra da Habitação, também já referimos aqueles constrangimentos que nós, enquanto a entidade que está mais perto da população e dos beneficiários diretos, sentíamos naquilo que era a implementação da Estratégia Local de Habitação nos beneficiários diretos. Que existem muitos constrangimentos, sobretudo com aquela população que tem heranças indivisas. E, portanto, a implementação e a execução dessa estratégia nas heranças indivisas não dá. E, portanto, perguntamos quais seriam as soluções para estes casos e ela disse que não há soluções e até deu o exemplo das florestas que já criaram um grupo de trabalho há cerca de dois anos e ainda não chegaram a nenhuma conclusão. E nós, na realidade, todos sabemos que, efetivamente, a população que mais precisa são essas. E, portanto, não existe uma solução no que concerne a essas habitações de remodelar essa habitação. O que está a acontecer, e o que nós estamos a tentar fazer, é canalizá-las para uma habitação social. Sendo que nós agora, com a nossa, e aqueles que quiserem, porque depois existem as famílias que não querem sair da habitação independentemente de ser boa ou má, de utilizar ou não de obras. O que nós estamos a fazer, neste momento, é, com aquelas habitações que nós já tínhamos identificado na Estratégia Local de Habitação, naquelas que são do Município, reabilitar e arranjar e ver quais são os beneficiários que poderão ir para lá porque, assim que nós vamos refazer a estratégia, temos de ter os beneficiários já identificados para ir para essas habitações que nós vamos remodelar ou vamos criar aqui no nosso Conselho. E, portanto, aquilo que o senhor Presidente disse, claro que fazia todo sentido, mas, neste momento, nós estamos numa fase que é identificar as famílias que necessitam de habitação e canalizar para aquelas habitações que já estão em andamento para depois serem alojadas.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Paulo Nogueira.-----

**Vice-Presidente da Câmara Municipal** – Os trabalhos para a realização do plano estão a decorrer e na sua parte final, o qual podemos brevemente validar para que esse plano se torne público. Em paralelo a isto, parece-me que seria de todo mau tom a autarquia estar aqui a anunciar algumas medidas que pudesse eventualmente fazer, sem primeiro ver quais são as conclusões que esse plano de saúde vai verter, uma vez que ouviu todos os intervenientes, sejam eles técnicos, políticos, clínicos e outras entidades parceiras, terceiras, foram todos ouvidos e, portanto, é um plano, à escala concelhia, que tem naturalmente que ser considerado quando a autarquia decidir implementar um plano de saúde ou decidir estudar alternativas, como dizia o senhor deputado Dr. António Carlos Monteiro, que possam de alguma forma ajudar o Sistema Nacional de Saúde central e aqui quero deixar muito claro que partilho, também, dessa opinião que não podemos desresponsabilizar o Estado Central das despesas que existem com a SNS, transferindo essas despesas para as autarquias sem que as autarquias possam ter um papel relevante na gestão dos centros de saúde. Por último, dizer aos deputados que é com muito agrado que registo a vontade de cooperação que algumas juntas de freguesia demonstraram a partir de

hoje, coisa que nunca fizeram desde o seu início e que sempre se puseram à margem de decisões que podiam ter sido comuns e que algumas delas vieram a prejudicar as negociações com a IRS que eu, numa futura assembleia, farei transmitir a todos aqui presentes, e ao público em geral, para que, de uma vez por todas, manobras dilatórias não possam distorcer os nossos discursos. E por último, gostaria que todos os membros da assembleia, quando utilizassem palavras da minha pessoa, as reproduzissem *ipsis verbis* porque eu tenho conhecimento de alguns membros desta assembleia que enviaram determinados comunicados e pedidos para algumas entidades utilizando palavras que eu não proferi nesta assembleia e que são muito facilmente verificadas porque estas assembleias, para este fim, ainda bem que são gravadas porque podem desmentir aquilo que outros escrevem em detrimento daquilo que é referido. E, portanto, é só isso que eu vos peço. Não estou aqui a acusar ninguém, estou simplesmente a fazer este pedido porque não gosto de usar manobras dilatórias como outros gostam de fazer. Gosto muito de ser objetivo naquilo que digo. E, portanto, sobre a saúde, como eu disse na última assembleia, e repito, são prazos que a autarquia não controla. São decisões que estão tomadas, são negociações que estão fechadas, mas que precisam de uma assinatura e, portanto, nós estamos dependentes dessa assinatura. Eu, na última assembleia, defendi aqui que o acordo teria de ser um acordo que envolvesse sempre o SNS como um todo - nunca decisões avulsas que apenas mascaram um problema sem o resolver e, portanto, a autarquia quer resolvê-lo independentemente de todas as situações que as juntas decidam em benefício do cidadão. Não é isso que está em causa. O que está em causa é que nós possamos olhar para a saúde do cidadão Severense como um todo e podendo-lhe fornecer o serviço como um todo. Volto a referir - entendo que a despesa do SNS não pode, ao contrário daquilo que estão a querer fazer parecer, passar para as autarquias demitindo o seu Estado Central e assumir essas despesas e isso é um ponto de ordem que a autarquia Severense e eu penso que todas as autarquias deste país vão ter que continuar a exigir, até porque deixemos. Só para concluir e não vos maçar, no âmbito da transferência de competências, recordo a todos que a gestão clínica do Centro de Saúde não vai depender da Câmara Municipal. A única coisa que teremos direito é à famosa moca de limpeza dos pisos e às despesas que tenham a ver com a manutenção dos edifícios, portanto, nunca conseguiremos intervir naquilo que é a gestão do Centro de Saúde. Sejam eles nos assistentes técnicos, ou nos enfermeiros, ou nos médicos. Queria deixar isto bem claro. O Estado Central terá que assumir a sua despesa porque, se não, vamos correr o risco de, um dia destes, o Estado Central se demitir nas obrigações que tem imputando às autarquias tudo aquilo que elas não têm competência de fazer.-----

**O Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a António Monteiro.-----  
**António Monteiro** – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Senhoras e senhores. Senhor Vice-Presidente, eu ouvi-o com atenção e posso-lhe dizer que compreendo perfeitamente a sua preocupação e, se há algo que, desde o início, o CDS disse é que este processo de descentralização de competências nas autarquias era um barrete que estava a ser enfiado às autarquias. O que é que querem transferir para o Município de Severo de Vouga? A responsabilidade pelos edifícios sem o pacote financeiro devido para que esses edifícios fiquem em condições, os serviços de limpeza de segurança, se for necessário, mas, depois, em relação aos médicos, que são de quem nós mais precisamos é a Administração Central que gera sem prestar contas às autarquias. E não é caso único, no país, de haver autarquias que investem 3, 4, 5, 6 milhões numa Unidade Local de Saúde ou num Centro de Saúde e, depois, o Estado não coloca lá os médicos. Pode estar equipada, nova, em folha, o Estado não coloca lá os médicos para que possa funcionar como Unidade Local de Saúde ou como Centro de Saúde por falta de meios. E, portanto, esse é, sem dúvida o mais difícil. A Educação e a Ação Social também não são pacotes fáceis, verdade seja dita. Mas, este é sem dúvida nenhuma, o pacote de mais difícil negociação com a Administração Central. Aliás, eu acabei por não transmitir toda a reunião da Assembleia Intermunicipal, mas, por exemplo, o senhor Presidente da Comissão

Executiva, aquilo que acabou por nos dizer, na Assembleia Intermunicipal, foi que já nem falava com a ARS nem com a ULS do Baixo Vouga porque não tinha, já não tinham capacidade para resolver o problema e que, neste momento, o seu interlocutor era o Diretor Executivo do Serviço Nacional de Saúde e com o Ministro porque a falta de capacidade e da autonomia por parte da ULS, por parte da própria ARS Centro, já estava constatada, por parte do senhor Presidente da Comissão Executiva e, portanto, tinha que se ir diretamente falar a Lisboa porque não se estava a conseguir solução. E um dos problemas que é fácil constatar é se virmos a idade média dos médicos que estão colocados nos vários centros de saúde, quer aqui em Sever, quer, por exemplo, aqui ao lado em Albergaria, em que os processos de contratação devem ter sido muito próximos em termos de anos, o que significa que os problemas são exatamente iguais, ou seja, a partir de determinada idade deixam de fazer serviço noturno e, passado mais um pouco, estão a reformar-se e não entraram médicos no Serviço Nacional de Saúde. E mais, têm ficado desertos, ou seja, sem ninguém aparecer a concursos para a contratação de médicos de medicina geral e familiar porque, olhem, eu ainda me lembro há algum tempo em que diziam que era o governo PSD-CDS que expulsava os jovens do país para emigrarem mas, pelos vistos, o atual governo, um dos principais produtos de exportação que tem feito é de médicos e profissionais de saúde portugueses onde os nossos impostos, o investimento que é feito na sua formação, acaba por ser usufruído por outros países, nomeadamente na Europa, que têm acesso a excelentes médicos portugueses e nós acabamos, muitas vezes, por não ter os médicos ou, às vezes, até ter médicos que vêm do estrangeiro para cá porque as condições, se calhar, nos seus países são piores mas, a verdade é que basta ver quais são os vencimentos básicos que são pagos a um médico que inicia carreira como médico de medicina geral e familiar, para perceber que não são competitivos, nomeadamente com a porta aberta da imigração e, portanto, queria deixar esta nota para dizer que esta é uma preocupação conjunta que eu acho que todos temos mas, esperamos com ansiedade o resultado do estudo mas, temos que, sem dúvida, falar muito sobre aquilo que é a estratégia. Eu não deixaria só de fazer uma nota. O senhor Vice-Presidente falou que vários responsáveis políticos foram ouvidos. Eu não sei quais foram. Sei que, por exemplo, para o Plano Estratégico do Turismo os líderes da bancada da Assembleia Municipal foram ouvidos, do passado, para este Plano de Saúde, pelo menos o meu grupo municipal não recebeu qualquer contacto de quem está a elaborar o Plano. Ficaria apenas essa nota porque, uma vez que mencionou responsáveis políticos, já agora, gostaria de saber se, por acaso, teria havido algum equívoco nessa menção. Muito obrigado.-----  
António Dias pediu para intervir novamente.-----

**O Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra a António Dias, advertindo-o para o facto de que o seu tempo estava esgotado.-----

**António Dias** – É muito rápido. Senhor Presidente de Câmara, agradecia que me esclarecesse. Neste momento, a Câmara está a investir no concelho de Oliveira de Frades por causa da delimitação da freguesia, concelho e distrito. Já chamei a atenção aqui, várias vezes. A freguesia de Talhadas, neste momento, está-lhe ser retirada cerca de 500 metros em linha reta do território da freguesia, portanto são muitos hectares na zona das Arcas e zona da Ereira. Peço desculpa, senhor Presidente, isto se calhar é para mais algumas freguesias. Há pessoas que vêm tratar do BUPi para os terrenos e não autorizam, entre os quais aqui em Sever do Vouga, porque os terrenos já estão metade em Sever do Vouga e metade em Oliveira de Frades e é, sobretudo, senhor Presidente, já que falou, nessa zona de Lameiro Longo. Portanto, eu gostava, da minha parte, de reunir assim que pudessem e, se calhar, mais presidentes de Junta porque é muita área que está a ser retirada para o concelho de Oliveira de Frades. Obrigado.-----

**3.2 Prestação de Contas de 2022:** - **O Presidente da Assembleia Municipal** pediu desculpa pelo facto de a Certificação Legal das Contas/Relatório de Auditoria ter sido enviada aos membros da Assembleia Municipal mais tarde e não juntamente com a demais documentação. De seguida, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**Presidente da Câmara Municipal** – Obrigado, senhor Presidente. Renovo os cumprimentos a todos. O presente Relatório e Contas analisa os três subsistemas da contabilidade previstas no SNC-AP. Acredito que todos leram o relatório que contém, de forma detalhada, todos os elementos sobre a prestação de contas. Destaco alguns aspetos que considero pertinentes. No final de 2022, os Recursos Humanos contavam 177 colaboradores, mais 65 do que no ano anterior. Este crescimento foi gerado essencialmente pela nova competência assumida no âmbito da educação, com mais 62 colaboradores não docentes. Assim, as despesas com o pessoal em 2022 tiveram um aumento de 33%. As receitas liquidadas foram de € 13 600 000,00, superiores em 3% relativamente ao ano anterior. A receita principal está relacionada com as transferências correntes e de capital previstas do orçamento de estado, correspondendo a cerca de metade desse valor. Devo realçar que, apesar de um aumento de 3% das receitas liquidadas, o orçamento municipal teve cortes de cerca de € 600 000,00 nas transferências do Orçamento do Estado, com a aprovação do mesmo no verão de 2022. Não sei se vocês têm noção, no verão de 2022 fomos surpreendidos com a aprovação do Orçamento do Estado e com a retirada do Fundo de Equilíbrio Financeiro do Município de Sever do Vouga de mais de 10% das transferências do Orçamento do Estado. Foi, aliás, dos municípios do país que mais sofreu no corte. Esse facto deve-se, sobretudo, à diminuição da população. Sever do Vouga perdeu mais de 10% da sua população entre 2011 e 2021 e isso levou, naturalmente, a um corte de 10% do Fundo de Equilíbrio Financeiro. Eu não sei se vocês têm noção do que é perder 10%, de repente, sem informação prévia. Parece quase que foi um castigo que nós sofremos aqui no Município e só soubemos disto no verão de 2022. Relativamente às despesas no ano de 2022, ascenderam a € 11 500 000,00, superiores em 17% relativamente ao ano anterior. As principais rubricas de despesa, conforme referi, são com o pessoal, pelos motivos já invocados, a aquisição de bens e serviços, naturalmente que a própria transferência de competências trouxe uma série de novos serviços e bens que tiveram que ser adquiridos e um aumento quase galopante da inflação que o país sofreu. Destaco, por exemplo, as despesas com a alimentação do pré-escolar e 1.º ciclo, as despesas com a eletricidade e a iluminação pública, as despesas com as matérias-primas e por aí fora. Por fim, as transferências de capital, com o aumento das transferências de capital realizadas para as freguesias. O prazo médio de pagamentos cifrou-se no final de 2022 em 23 dias, valor que consideramos favorável, mas que poderá ser melhorado e que, relativamente ao ano anterior, teve um ligeiro aumento. Mas, sobre isto, quero apenas dizer o seguinte – isto trata-se de uma fórmula que fala nos vinte e três dias. Na realidade, os pagamentos da Câmara Municipal são, normalmente, pagos, como em qualquer empresa, entre trinta e sessenta dias. Este ano, a fórmula aumentou um bocado, conforme já tinha aumentado um bocado no ano passado. No ano passado deveu-se, sobretudo, à questão das auditorias às obras que foram realizadas e não foram efetuados os pagamentos até ao final das auditorias às obras. Este ano, deveu-se, naturalmente, à transferência de competências. Houve necessidade de proceder a muito mais pagamentos e os serviços tinham exatamente as mesmas pessoas, portanto, é normal que houvesse um atraso e, também, ao facto de a pessoa que era responsável pelo lançamento das faturas na contabilidade ter estado de baixa muitos meses, tendo a situação sido resolvida recentemente. Esperamos melhorar este ponto, mas, ainda assim, apesar de todas as dificuldades e todas as alterações decorridas no ano de 2022, o prazo de vinte e três dias entendemos como razoável. O resultado líquido do período é negativo. Este valor justifica-se com o valor dos gastos de depreciação/amortização que influencia negativamente esse resultado. Contudo, apesar do aumento dos valores de pessoal, fornecimentos e serviços externos e a transferências para as freguesias, devido às transferências de competências e a inflação verificada no ano de 2022, o resultado operacional ainda foi positivo. Quero, contudo, dizer que a tendência é, naturalmente, se as transferências do Orçamento do Estado continuarem a diminuir e o aumento dos custos continuar a somar, é normal que venha a diminuir este resultado operacional. No que



respeita à Certificação Legal de Contas, importa ter presente a concessão da gestão de serviços de água e saneamento com a Ad RA - Águas da Região de Aveiro, SA. Vamos envidar todos os esforços internos e externos junto da AdRA para que, durante o ano de 2023 e seguintes, o reconhecimento e mensuração dos direitos e obrigações da concessão seja realizada nos termos do SNC-AP. Eu estou a dizer isto, mas a minha vontade de fazer isto é pouca porque eu tenho algum receio do que possa vir por aí. Relativamente ao património municipal, apesar dos esforços desenvolvidos e dos ajustamentos realizados no último ano e meio, ainda não foi possível garantir a plenitude e a mensuração dos ativos incluídos na rubrica dos ativos fixos tangíveis. Dada a dimensão, natureza e complexidade da mensuração e inventariação deste tipo de ativos, vamos trabalhar internamente e/ou eventualmente teremos que recorrer a serviços externos, de modo a colmatar esta debilidade existente e que vem de há muitos anos atrás. Relativamente aos subsídios ao investimento. Os subsídios ao investimento que estão finalizados estão registados no património municipal e a ser reconhecidos em rendimentos quando a amortização também é reconhecida. Nesse universo, existem apenas alguns subsídios que não estão a reconhecer esse rendimento, pelo que vamos regularizar essa situação no ano de 2023. Relativamente aos outros subsídios que ainda não estão a ser reconhecidos, dado que os mesmos ainda estão em curso ou não estão identificados os projetos a serem financiados, existiu uma limitação temporal que não permitiu que a informação fosse validada pelos seus intervenientes. Quanto aos advogados, foi enviada informação para a empresa de auditoria, a primeira identificando os processos em causa e enviada ainda pela anterior advogada. Nós tivemos aqui na empresa prestadora de serviços uma alteração dos advogados e, desde há cerca de duas semanas, temos finalmente uma jurista aqui na Câmara Municipal. Portanto, a anterior advogada terá enviado, no último dia, identificando os processos e os valores máximos de cada ação. Apesar disto o Município nas suas contas realizou uma provisão de 25%. Estou, naturalmente, disponível para qualquer questão que queiram colocar. Obrigado.-----

Terminada a intervenção do Presidente da Câmara Municipal, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a António Monteiro.-----

**António Monteiro** – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Senhor Presidente da Câmara, minhas senhoras e meus senhores. Queria fazer, em relação às contas, duas ou três notas. A primeira nota é a seguinte – é óbvio que, quando se olha para as contas, há, desde logo, um ponto que é importante avaliarmos que é a da regularidade das mesmas, ou seja, se elas transmitem aquilo que é a realidade do Município de forma fiável e transparente ou não. Segundo juízo que é importante fazer-se em relação às contas, é um juízo político, ou seja, como é que foi executado o orçamento e como é que foi a capacidade de execução do Município relativamente àquilo que se tinha comprometido a fazer. Quanto àquilo que é o primeiro ponto, a questão da regularidade das contas, nós sabemos que foi nomeado um novo Revisor Oficial de Contas que substituiu o anterior, sabemos, também, o que se passou relativamente a essa substituição; àquilo que foi considerada a necessidade de se proceder a essa substituição, ou seja, ao longo de todo o mandato não houve reservas relativas a realidades que nós conhecíamos e, no final do mandato, numa altura em que se passou de uma maioria para a outra, essas reservas surgiram e eu constato que essas duas reservas se mantêm e, não sei ainda como é que, eu espero que o senhor Presidente de Câmara depois me possa dar mais alguns esclarecimentos, mas temos relativamente como é que se passou, no fundo, o rigor na certificação legal de contas dos novos revisores, mas temos, no fundo, três novas alíneas que surgem. Uma relativa a subsídios que, eu confesso, não consegui perceber, talvez por não ser técnico da área, não consegui perceber exatamente qual era o conteúdo da reserva. Uma alínea d) que resulta da falta de informação por parte dos juristas e uma nova alínea e) que tem a ver com a fiscalização daquilo que são as matérias que resultam de delegação de competências nas juntas de freguesia. Portanto, em relação àquilo que é a execução do orçamento, eu não tenho grandes dúvidas, apesar destas reservas, que o relatório de contas

nos fornece uma informação fidedigna, mas se o senhor Presidente da Câmara nos puder dar mais alguns esclarecimentos, nomeadamente em relação a matérias subsídios que eu confesso que não percebi, eu agradecia. Em relação à questão da falta de informação dos juristas espero que a questão esteja, neste momento, ultrapassada. E, em relação à última alínea, a essa reserva, acho que o senhor Presidente não chegou a abordá-la e a verdade é que não existia, nas certificações legais de contas anteriores, mas eu confesso, senhor Presidente, não detetei nenhuma mudança brusca nos procedimentos das transferências de competências entre o Município e as freguesias e, portanto, aquilo que eu antecipo, mas pergunto ao senhor Presidente que confirme se assim é ou não. O que eu antecipo é que isso se poderá dever a um maior rigor do novo Revisor Oficial de Contas no que diz respeito àquilo que são estes acordos com as juntas freguesia, mas pedia ao senhor Presidente que nos esclarecesse se, efetivamente, a isso se deve. Tanto mais que, não tendo havido uma alteração de procedimentos substantiva e o anterior revisor nada disse relativamente àquilo que era a execução dos protocolos pelas freguesias, que ganharíamos todos em transparência saber por que razão é que o novo revisor entendeu que era importante que essa reserva ficasse aqui colocada. Depois, relativamente à avaliação política, nós sabemos que o resultado líquido do exercício é negativo. É, evidentemente, um motivo de preocupação, mas o principal motivo de preocupação é, sem dúvida, a quebra da receita que eu acho absolutamente incompreensível e acho que este é daqueles pontos em que o Município de Sever do Vouga se deve unir, independentemente da força política a que pertencemos, na defesa daqueles que são os interesses de todos nós. Aquilo que é o governo que sobrecarrega os portugueses com a maior carga fiscal de sempre e que o vem fazendo ano após ano e que tem estabelecidas na Lei das Finanças das Autarquias Locais critérios de repartição dessas verbas pelas autarquias que faz os cálculos e, como sabemos, quem parte e reparte fica sempre com a melhor parte para si, é, sem dúvida, sinal daquilo que numa conversa ainda antes desta reunião, eu tive a ocasião de dizer. Não há governo mais centralista do que este que nós temos, hoje em dia, porque é o governo que centraliza as receitas, centraliza o PRR, que são milhares de milhões de euros, para decidir como é que o gasta, centraliza aquilo que são as verbas dos impostos e que deveriam estar nos nossos bolsos e que passam para os bolsos do governo e isto é, sem dúvida, motivo de preocupação para as autarquias. Especialmente quando depois, como ainda há pouco disse é feita uma descentralização em que é descentralizado o osso e depois ficam com a carne. E, foi isso que foi feito na educação. Foi isso que foi feito na ação social. Sabemos que é isso que querem fazer na saúde, em que somos sobrecarregados com impostos que ficam na Administração Central e transferem o problema e a despesa para as autarquias. Por fim, há algo que estas contas também nos confrontam, é que nós tivemos a oportunidade, como sabem, há cerca de, já vão três anos, de chumbar aqui na Assembleia Municipal um orçamento e negociar um conjunto de obras com, a Câmara da altura, e essas obras foram anunciadas, foram começadas, mas sabemos que é preciso pagá-las e, apesar de anunciadas pela Câmara anterior, no resultado dessa negociação, essas obras é agora que estão a ser pagas e, por isso, havia um saldo de gerência tão generoso do passado que, efetivamente, não tinham executado as obras e o facto de haver agora uma maior capacidade de execução também significa que há, necessariamente, mais despesa porque a execução, nomeadamente nas obras obriga depois ao pagamento dessa mesma despesa. E, por fim, eu diria que um político, em determinada altura, disse “as obras não devem ser de quem as inaugura, as obras não devem ser de quem as paga” porque as obras são do povo, porque é o povo que paga os impostos, e portanto, muitas vezes, quando se faz os anúncios, a campanha eleitoral das autárquicas, se anuncia as obras, se corta as fitas, mas depois a conta fica para ser paga pelos outros que vêm a seguir e eu não queria deixar de dizer isso mesmo, que se vê o esforço financeiro que é necessário fazer com quebra de receita numa altura em que a receita fiscal aumenta, o que eu acho absolutamente surpreendente, com aquilo que é o conjunto das despesas que estavam contratadas e que têm que ser honradas e o conjunto de novas obras que esta Câmara quer lançar e há muitas coisas que se podem

criticar neste relatório e, nomeadamente, até preocuparmos que é evidente que não é possível todos os anos seja como o ano que passou, mas há um facto que é indesmentível olhando para este relatório, que é a capacidade de execução e é evidente que a despesa pessoal aumenta, mas essa resulta da descentralização de competências. Preocupa-nos, como é evidente, mas é a tal descentralização do osso que foi feita para as autarquias, mas é importante estarmos atentos àquilo que é a capacidade de execução da despesa no investimento e aquilo que é a necessidade de concretizar obras que estão prometidas há décadas e que esperamos e, aliás, estamos a ver, neste momento, a estarem no terreno a andar a pleno vapor e, em alguns casos, com pagamentos que, evidentemente, já foram feitos o ano passado. Obrigado.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a David Alves.---

**David Alves** – Senhor Presidente da Mesa, outros elementos da Mesa, excelentíssimo executivo, senhores membros da assembleia, restantes pessoas presentes. Estamos a discutir as contas e as contas são contas, são documentos técnicos, feito por técnicos, devidamente auditados e que, dificilmente, se conseguem pôr em causa quando são bem espelhados. Essas contas depois são suportadas num anexo. Eu queria falar algumas coisas, mas o Presidente da Câmara já abordou algumas coisas que eu tinha para dizer e que eram exatamente começando pela noção dos resultados. O resultado do município não é relevante porque a Câmara Municipal não é uma entidade que tem por incentivo o lucro. Tem por incentivo outras coisas que não o lucro. Mas, é evidente que esse resultado tem influência, depois, nas contas a pagar e a receber. Eu queria falar do número de trabalhadores, a variação de 75 unidades. O senhor Presidente já disse que é do processo de transferências do poder local. A diferença fica em ter três trabalhadores. Pelo que ouvi também referia no relatório que o Gabinete de Presidência tinha duas pessoas no apoio à Presidência e uma no apoio à vereação, portanto, penso que estão justificados estes aumentos do pessoal de 2021 para 2022. Os gastos com o pessoal aumentaram em 33%, € 816 494,00, por força exatamente desses 65 novos elementos. Também temos que ter atenção que as receitas aumentam pela transferência, as receitas de correntes aumentam pelo facto de termos este processo de transferência do poder local. Se temos a despesa, devemos ter uma contrapartida normalmente de receitas. As receitas de correntes temos mais 19%, € 1 507 000,00. O valor total de 2022 é de € 9 410 000,00, que reflete a tal transferência de valor da receita do poder local. As receitas de capital, admiram-me, baixaram € 3 000 000,00 - € 3 725 000,00 euros em 2021 e € 779 000,00 em 2022. Julgo que não é difícil adivinhar, tem a ver com os valores a receber dos fundos comunitários do Estado relativo às obras que foram feitas e finalizadas e que houve o pagamento do Estado desses valores. Também o valor de € 779 000,00 indicia-me que houve poucas obras finalizadas no ano de 2022 que tivessem sido objeto de comparação por fundos públicos ou comunitários. Sabemos que o ano de 2022 não foi fácil, mas é uma rubrica que tem uma direção muito grande. Nas outras receitas não podemos esquecer que a receita tem soluções para 2021 que são € 3 453 000,00. Depois, na discussão da despesa, a despesa, no meu entender, é baixa, a despesa ficou-se pelos 77.44%, mas a despesa corrente atingiu 81.26% de discussão. Isso quer dizer que a despesa de capital baixou para 46.53%. Temos uma despesa de capital em 2022 abaixo de 50%. Estamos a ter muita despesa corrente, o que vai obrigar o Município a pensar no futuro porque as rubricas não param de crescer. No anexo, na penúltima página, refere-me uma coisa que eu não consegui ir mais longe que é nos FSS. Para vermos a comparação da despesa de 2021/2022, temos a rubrica de honorários, por exemplo. Honorários tem a ver com advogados, com o que eu chamo de serviço de gravata, € 119 000,00 em 2022 contra € 70 000,00 em 2021. Um aumento de € 110 000,00. Despesas de conservação e reparação baixaram. Isso quer dizer que pode haver um ligeiro abrandamento na manutenção e na conservação do nosso património, € 264 000,00 contra € 570 000,00 no ano de 2021. Temos os gastos com eletricidade no valor de € 183 000,00 contra € 144 000,00. Portanto, há um aumento, mas o aumento cifra-se em cerca de € 40 00,00. É importante, mas não é tão decisivo no

aumento da despesa. Os combustíveis de € 102 000,00 para € 94 000,00. Também não há aqui grande diferença nos combustíveis para 2021/2022. A inflação gerou este aumento, mas não é preocupante. Mas, tem uma rubrica que eu não consigo lá chegar, que é de serviços diversos de € 1 081 000,00 em 2022 contra € 450 000,00 euros em 2021. Como não tenho mais informação detalhada sobre isto, fica o alerta. Relativamente ao balanço, eu julgo que encontrei um erro. Posso estar enganado. E o erro tem a ver com o lançamento. No ativo corrente, clientes, contribuintes e utentes, nota 23, o valor é do passivo, não é do ativo. São € 15 486,00 que eu penso que é excesso de provisões para a cobrança duvidosa. Eu fui ver no anexo e penso que está comprovado. Portanto, penso que fizeram a mais, pelo menos, € 15 000,00 de provisões para a dívida que não tinham em cobrança duvidosa. Pode estar na dívida que têm esquecido de transferir a dívida para a cobrança duvidosa. Mas penso que é um ligeiro erro. Não é importante. Se as dívidas estiverem altamente aprovisionadas, estamos a falar de € 15 000,00. Mas, é uma nota que encontrei nisto. Também as provisões no passivo, mas têm a ver com os sucessos em curso. Penso que são, resumidamente, aquilo que eu tenho a dizer sobre as contas do Município. Relativamente ao parecer do ROC, a AdRA e o cadastro já vêm do passado. Já são notas. A AdRA vem do exercício anterior, o cadastro vem do passado. O subsídio de investimento, também fiquei na dúvida sobre eles, porque é que o ROC colocava uma reserva e o senhor Presidente esclareceu. Houve, de facto, uma omissão na reposição do subsídio de investimento para a receita em algum exercício. E, também, as obras em curso que estão a decorrer, ainda não estão finalizadas e, como tal, não deve ser repostos o valor do subsídio de investimento. É uma questão técnica que é a questão da amortização do subsidiado do investimento. Mas penso que o senhor Presidente esclareceu que, de facto, havia aí qualquer coisa que é para retirar em 2023 e que está reconhecido. Da parte do ênfase, apenas o protocolo das freguesias. Julgo que, segundo me disse um presidente de Junta, as juntas são obrigadas a apresentar estes relatórios até 31 de março do ano seguinte. Ou seja, julgo que não era possível os revisores terem a aferição das obras concluídas pelas juntas de freguesia e feitas, comparado com o seu valor que tinham disponível até à data de elaboração disto, porque depois não dava tempo. Mas, não há, à primeira vista, qualquer anomalia. Há é um prazo que os presidentes de junta têm que lhes permite ir até 31 de março e que não é possível depois para os ROCs referirem os protocolos. O PS manifestou que vai votar a favor das contas. As contas são contas, são um documento técnico. É evidente que temos liberado os nossos elementos para votarem conforme quiserem porque o relatório, no fundo, parece-me que está bem elaborado, tecnicamente bem feito, explícito tirando uma outra rubrica podia estar melhor. Obrigado.-----

**O Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a Antonio Dias.-----

**António Dias** – Obrigado, senhor Presidente. Sobre as contas, eu tenho a pedir ao senhor Presidente. Não me foi enviado, ou se foi, eu não recebi a certificação legal das contas. Vi agora pelo meu colega de bancada, Dr. António Carlos Monteiro, até estive a tirar umas anotações do documento do meu colega.-----

**Presidente da Assembleia Municipal** – Só foi enviado ontem. Fornecemos-lho já.-----

**António Dias** – Pode estar o e-mail cheio, não sei. Estive a ver e, para mim, a parte fulcral das contas é realmente a certificação. Sobre as contas, eu gostava de saber aqui, senhor Presidente da Câmara, um esclarecimento. O ano passado as contas do Município apresentaram um resultado líquido negativo de € 710 354,00. Ou seja, € 710 000,00 de prejuízo. Este ano que passou, resultado líquido negativo, ou seja, um prejuízo de € 2 441 000,00. E eu pergunto, isto é para continuar? É que, se for para continuar, isto não vai haver obras nas freguesias nem lá de nenhum. Ou seja, eu nas talhadas, eu falo já da minha freguesia. O ano passado, contribuíram com um donativo para o Clube Recreativo e Cultural de Talhadas de € 100 000,00. Foi a única coisa, o único investimento na freguesia. Está em andamento à estrada das Arcas, que falam num valor avultado, a placa diz € 317 000,00. Há cerca de 7 ou 8 anos, eu sou Presidente de Junta há quatro anos, e eu não me lembro lá de grandes investimentos avultados. E eu pergunto, isto é para não

fazerem nada nos próximos anos? É que, é assim, eu acredito que os resultados líquidos negativos sejam transitórios, mas se é para continuar... E depois, ainda mais, eu pergunto, a despesa corrente, a despesa com pessoal, etcetera, está a aumentar exponencialmente. E eu pergunto, onde é que está a despesa com capital, a despesa e investimento? Possivelmente, vão cortar. Primeiro ponto. Segundo ponto. Eu olhei agora para a certificação legal das contas e, qual é o meu espanto, eu tenho aqui uma certificação legal, mas com ênfase, ou seja, tem reservas.-----

**Presidente da Assembleia Municipal** – Senhor Presidente, desculpe interromper. Só para dizer que o tempo do CDS terminou.-----

**António Dias** – Eu gostava de saber, primeiro, desconhecimento das obrigações e eventuais responsabilidades emergentes do contrato de concessão com a AdRA. Nós não sabemos qual é o valor. Serão € 5 000 000,00, serão € 10 000 000,00? Eu pergunto, isto nunca na vida eu posso votar a favor. Eu vou-me abster por causa disto. Isto pode abarcar grandes responsabilidades para o Município e, eventualmente, haver um mandato sem nenhuma obra. Portanto, já agora, senhor Presidente, se me permite, da parte da Junta de Freguesia de Talhadas, foi toda a documentação entregue e, infelizmente, da parte do município não chegou o e-mail a pedir os documentos. Obrigado.-----

**O Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**Presidente da Câmara Municipal** – Começando pelo senhor António Dias. O resultado líquido do período é negativo e tem a ver, como o senhor devia saber, pelo facto de ter formação na área, com os gastos de apreciação e amortização que influenciam negativamente esses resultados. O resultado operacional é positivo. E, se me pergunta se vai continuar a ser negativo, vai continuar a ser negativo e tem, precisamente, a ver com os gastos de apreciação e amortização que serão cada vez maiores. Mas, salvo que o resultado operacional foi positivo, apesar do Município de Sever do Vouga ter tido uma quebra na receita monumental, exponencial, relativamente a qualquer outro município e teve, efetivamente, um aumento de gastos. Conforme foi explicado, as despesas com o pessoal aumentaram decorrente da transferência de competências. Não quer o senhor dizer que nós andamos para aqui a contratar pessoas a torto e a direito. É decorrente da transferência de competências, que é uma obrigatoriedade do próprio Município e sobre o qual não podíamos fazer mais nada. Quero, ainda, dizer o seguinte – nós temos um aumento de receita face ao ano anterior em cerca de um milhão de euros que é decorrente da transferência de competências. Mas, temos um aumento de despesas em cerca de dois milhões de euros. E, de grosso modo, falando abertamente para todos, sobre o fornecimento de serviços externos, quero dizer o seguinte – o serviço de transportes aumentou porque aumentaram os serviços e aumentaram os combustíveis só para terem uma ideia, em cerca de € 140 000,00. Sobre os investimentos feitos na freguesia de talhados. A situação dos transportes não ficou resolvida? É um investimento que foi feito na freguesia de Talhados. Sobre a recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, gastou-se mais € 140 000,00. E vai continuar a aumentar. Indo agora às taxas. E nada tem a ver com o Município. Vai continuar a aumentar. Indo agora às taxas, só para terem uma ideia, o preço da tonelada de lixo passou de € 44,00 para € 64,00. Ainda não se pôs a refletir no consumidor. Portanto, isto vai aumentar. Relativamente ao aumento dos honorários das gravatas, toda a gente sabe que teve a ver com as duas auditorias que foram feitas. É só isso. Eletricidade, uma coisa é a eletricidade, é uma rubrica própria de eletricidade, outra coisa é a iluminação pública. A eletricidade nos edifícios aumentou, não sei se foi € 80 000,00, a eletricidade na iluminação pública aumentou umas centenas de milhares de euros, mas são coisas diferentes. Relativamente a outros serviços diversos, aquilo que lhe posso dizer é que nós temos de comparar aquilo que é comparável. O ano de 2022 não é comparável com o ano de 2021, nem é comparável com o ano de 2020. Quando 2021 e 2022 foram anos de pandemia. Houve uma série de serviços que não foram feitos. Mas, podemos comparar com o ano de 2019. E, apesar da inflação galopante

no ano de 2022, nós tivemos uma redução de outros serviços em que foi € 1 300 000,00 em 2019 e foi € 1 300 000,00 em 2020. Os FSEs foram cerca de € 1 000 000,00. Quero deixar muito claro que, apesar da receita ter diminuído drasticamente, apesar de termos aumentado as despesas e as despesas vão continuar a aumentar, é evidente que vão, a inflação está da forma que está, nós conseguimos ter um resultado operacional positivo. E que se deveu, naturalmente, a uma gestão muito rigorosa. Só sobre a freguesia de Talhadas, o valor previsto da obra são € 317 000,00 mais IVA. Mas, depois há trabalhos complementares, nomeadamente trabalhos que têm sido pedidos pelo senhor Presidente da Junta. Aliás, a Junta de Freguesia de Talhadas, só também uma despesa que tivemos, foi efetivamente, por exemplo, com a creche de Talhadas, que virá aqui. E, naturalmente, estaremos à espera que a Junta de Freguesia nos ajude. Mas, eu julgo que aquilo que está previsto, só para este ano, que é uma despesa que não teria que ser suportada pela Câmara, mas que, infelizmente, teremos que suportar, é uma despesa na Freguesia de Talhadas de € 50 000,00 previsto só para este ano. Portanto, se há Junta de Freguesia que não se pode queixar, é seguramente a Junta de Freguesia de Talhadas. Sobre os valores relativamente das despesas de capital, nós estamos entre quadros comunitários. E, naturalmente, que o valor foi muito inflacionado, como sabe o senhor David Alves, por causa do Centro Escolar no ano de 2021. Entre quadros comunitários, é evidente que teria que haver esta redução, e é evidente que, comparando mais uma vez com o ano de 2021, em que praticamente tudo que era do Centro Escolar veio para o Município e é evidente que há essa redução. E, de facto a despesa que veio, julgo eu, foi à volta dos € 3 000 000,00. Portanto, nós se calhar até recebemos, em termos qualitativos, mais. Mas, eu não tenho aqui presente. Relativamente à diminuição dos serviços de manutenção, deve-se pura e simplesmente ao facto de muitos dos serviços estarem a ser feitos pelos próprios colaboradores do Município. Foi o caso que vocês viram aqui na Câmara Municipal, foi por exemplo o muro de São Mateus, e são as bases, por exemplo, do parque infantil, pois tudo que nós pudermos evitar contratar e fazer com as nossas pessoas, apesar de serem curtas as pessoas que temos, nós tentaremos fazer. Sobre as reservas, em primeiro lugar quero dizer que não tive nenhuma reunião com o auditor e, portanto, ele mandou isto, não tive nenhum comentário, ele mandou o que entendeu, e é assim que eu acho que deve ser, com total transparência. Ele colocou aqui as reservas que entendeu. Algumas reservas já aqui estavam, nós ainda não conseguimos resolver e, seguramente, demorarão anos a resolver. Sobre a questão das juntas de freguesia que aqui aparece, eu não sei como era nos outros anos, mas não era seguramente como há este ano. Portanto, quando são celebrados protocolos e são celebrados autos de transferência de competências e recursos, aquilo que eu já tive a oportunidade de dizer na Assembleia Municipal de dezembro, é que o dinheiro transferido para as juntas é para ser gasto naquilo que consta do contrato assinado. Não é para ser gasto em mais nada. E o auditor já frisou isso. Significa, que se o Presidente da Junta gastar o dinheiro em coisas que não estejam descritas no contrato, e o dinheiro não estiver na Junta de Freguesia, terá que repor o dinheiro do seu bolso. E, significa que se eu vier assinar um novo protocolo, como certamente irei fazer com os presidentes de junta, sem estar regularizado todos os protocolos, como nós esperamos que estejam regularizados brevemente, se eu vier assinar e não for cumprido, serei eu a pagar do meu bolso e, portanto, isso vocês terão que ter paciência, mas eu não posso assumir isso. Basicamente é só isso que quero dizer. Do auto de transferência de competências e recursos, eu acho que até deveriam ter uma conta própria para isto e o dinheiro deveria ser gasto exclusivamente desta conta para o pagamento das limpezas e o dinheiro deveria ser gasto exclusivamente desta conta para os protocolos. É fundamental que as pessoas percebam que aquilo que está assinado é onde se pode gastar e, no final, o dinheiro ou está lá se não for executado, se tiver sido executado noutras obras, não pode ser de outra forma. Relativamente à freguesia de Talhadas, eu não sei qual é o ponto de situação. Sei que houve várias trocas de e-mails e que está a ser revisto pelos técnicos. Sei que foi enviado um pedido de alteração que não foi aprovado no final do ano passado, sei que a Junta de

Freguesia se comprometeu a fazer investimentos de € 250 000,00 e apresentou investimentos de € 75 000,00, mas não sei mais nada. Já agora, os relatórios tinham que ser apresentados até o dia 28 de fevereiro, não até o dia 31 de março. Agora, vamos aqui trabalhar todos juntos e o que nós queremos é regularizar a situação com as juntas de freguesia e que possamos fazer muitas obras conjuntas. Relativamente à realização de obras nas juntas de freguesia e no concelho, partirá de uma gestão rigorosa. Partirá, sobretudo, de nos candidatar-mos, partirá de um espírito colaborativo e não de um espírito agressivo entre as juntas de freguesia e a Câmara Municipal. Da minha parte, aquilo que eu me comprometi com as presidentas de juntas e com aquilo que eu me comprometo, tenho procurado seguir. Não nos tem sido pedido nada que não tenha sido pedido a mim. Vocês podem contar sempre com a colaboração deste executivo e, mais uma vez, digo, sempre que me ligam eu atendo, se eu não atendo eu retribuo a chamada, sempre que me mandam um e-mail eu procuro responder. Agora, a questão da regularização dos protocolos, é uma questão técnica, não é uma questão política e o que eu quero é que vocês façam o maior número de obras possíveis, sendo certo que, a nível de transferências, , verdade seja dita a este executivo, não conheço no país uma Câmara Municipal que tenha transferido tanto dinheiro por habitante para as juntas de freguesia como a Câmara Municipal de Sever do Vouga, e não há nenhuma justificação para que não haja obras nas freguesias, seja qual for a freguesia. Para além das obras que estão a ser realizadas pela Câmara Municipal, seja pelos serviços da Câmara, seja por serviços externos, o facto de nós termos transferido esta verba para as juntas de freguesia é um apoio claro que foi dado às juntas de freguesia. As coisas, se me perguntarem se correram bem, eu acho que não, mas não foi certamente por falta de vontade da minha parte e da parte do executivo para que corresse bem, mas também estou seguro que este ano correrão muito melhor e o espírito entre a Câmara Municipal e as juntas de freguesia será um espírito proativo e de colaboração. Foi um ano muito difícil. Eu não me quero alongar muito sobre isto. A surpresa que tivemos no verão, a somar à surpresa com o aumento da iluminação pública, nós reagimos, evidentemente, com a substituição com a campanha leve. Esperamos que tenha resultados este ano. Mas, nós devemos comparar aquilo que é comparável. O ano de 2022 não é comparável ao ano de 2021 nem ao ano de 2020. Pode ser comparável ao ano 2019. É um ano diferente. Vamos continuar a ter amortizações e depreciações ainda mais do que temos, mas que fique muito claro que, apesar de todas estas dificuldades, o resultado operacional foi positivo e é isso que conta. É evidente que não estou aqui para gerar lucro, mas o resultado operacional foi positivo e é isso que conta para efeitos futuros. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

Terminadas as intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou este ponto à votação.-----

O órgão deliberativo aprovou, por maioria, os documentos da Prestação de Contas de 2022, elaborados no uso da competência cometida à Câmara Municipal através da alínea i), do n.º 1, do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

**Vinte e três votos a favor** – Adérito Soares, Alexandre Rocha, Alexandre Tavares, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, Cláudia Cruz, David Alves, Diana Paiva, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Isabel Tavares, João Oliveira, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Maria Pereira, Paulo Lourenço, Renata Marques, Sandra Pereira, Tânia Pinheiro e Vanessa Loureiro.-----

**Dois abstenções** – António Dias e Sérgio Silva.-----

**3.3 Inventário e Cadastro em 31-12-2022:** - Foi dado conhecimento ao órgão deliberativo dos bens que constam no inventário do ativo patrimonial deste Município. O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**Presidente da Câmara Municipal** – Muito rapidamente. Renovo os cumprimentos a todos. Pese embora os esforços desenvolvidos e dos ajustamentos realizados no último ano e meio, ainda não foi possível garantir a existência de um trabalhar internamente de modo a superar esta situação e, desde já, vos digo que também não estará resolvida no

próximo ano. Portanto, para o próximo ano seguramente estará cá esta reserva novamente. Isto demorará anos a resolver.-----

A Assembleia Municipal apreciou o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, como determina a alínea l), do n.º 1, do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

**3.4 Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Talhadas:** - Foi presente uma proposta da Câmara Municipal para a delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Talhadas, que tem como base o documento elaborado pela Divisão de Administração do Território e que inclui a memória descritiva e justificativa, a planta com a delimitação da área abrangida e o quadro dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**Presidente da Câmara Municipal** – Bom, é mais um trabalho que estamos a fazer na freguesia de Talhadas e, já agora gostaria, apenas e não quero que os presidentes de junta pensem que é pelo facto do senhor Presidente da Junta, António Dias, estar sempre a queixar-se que a gente não é por causa disso, é porque de facto fazemos assim em todas as freguesias. E, desta vez, a Junta de Freguesia foi ouvida. Valeu a pena ouvirmos as juntas. Portanto, vemos como muito importante a revitalização urbana para a melhoria das nossas freguesias. O objetivo primordial da revitalização urbana é realizar a intervenção de áreas degradadas e abandonadas em núcleos urbanos, visando resgatar o valor cultural destes espaços, destacando o seu património histórico e renovando as áreas deterioradas. A delimitação das áreas de reabilitação urbana é da competência da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal. A aprovação de uma ARU atribui à área um conjunto significativo de efeitos, entre estes destaca-se a obrigação da definição dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património. Decorre, também, daquele ato, a atribuição aos proprietários do acesso, apoios e incentivos fiscais e financeiros à reabilitação urbana. Queria só, também, fazer um último esclarecimento relativamente aos limites das freguesias. A Direção-Geral do Território é que estabeleceu, no ano 2000, as novas fronteiras dos concelhos. Portanto, isto não é uma coisa recente, tem mais de vinte anos. Para a Direção-Geral do Território voltar a alterar e colocar os limites que, naturalmente, serão os corretos, porque aquilo que é feito em Lisboa é uma linha reta que traça de cima a baixo e, portanto, faz essa delimitação entre os concelhos, é necessário o acordo das juntas de freguesia. Começa, naturalmente, pelas juntas de freguesia esse acordo e, depois, o acordo dos municípios. Só para esclarecer, a Estrada das Arcas está a ser realizada até o limite da freguesia de Talhadas pelo antigo mapa militar e não pela alteração promovida pela Direção-Geral do Território no ano 2000.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a António Dias.--

**António Dias** – Obrigado, senhor Presidente, mais uma vez. Antes de mais, a ARU para Talhadas foi feita, foi realizada. Sim senhora, a Junta de Freguesia foi chamada a dar sugestões. Sugerimos alguns lugares que estavam, no fundo, excluídos. Claro que mais abria para colocar na ARU. Mas, como é óbvio, não se pode agradar a tudo e todos. Por isso, tenho a agradecer ao Presidente, aos serviços municipais, nomeadamente aos Serviços de Engenharia e Arquitetura, pela forma como ouviram a Junta de Freguesia de Talhadas, como, no fundo, realizaram e conseguiram aumentar a área inicial. Portanto, trata-se de uma área de reabilitação para a nossa freguesia, para a freguesia de Talhadas, que trará, eventualmente, muitos investimentos e benefícios fiscais para além de eventuais apoios no futuro. Portanto, só tenho a agradecer à Câmara. Obrigado.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a Diana Paiva.-----

**Diana Paiva** – Muito obrigada. Renovo os cumprimentos de há pouco. Isto para dizer que a bancada do PSD congratula-se por este executivo, como eu disse há pouco, a querer marcar a diferença na vida dos municípios. E está a levar a cabo este trabalho em todas as freguesias. Penso que esta é a terceira freguesia, não será a terceira, mas que vem aqui já à Assembleia para a delimitação desta ARU, que permite aos habitantes das outras



freguesias também terem acesso aos mesmos benefícios. Isto contrariamente ao que nos foi transmitido anteriormente, de que não seria possível e temos agora aqui a prova de que é possível trazer a ARU a todas as freguesias e assim beneficiar os munícipes dessas freguesias. Muito obrigada.-----

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra a António Monteiro. **António Monteiro** – Muito obrigado, senhor Presidente. Apenas em nome do CDS, uma vez que o senhor Presidente da Junta de Talhadas vem cá, essencialmente, em nome de Talhadas, para dizer que esta ARU, na sequência das outras áreas de reabilitação urbana que já aqui foram aprovadas, contrasta, como nós dissemos no mandato anterior, com aquilo que foi a estratégia traçada anteriormente que achava que a única área de reabilitação urbana que devia existir era na sede do concelho, em Sever do Vouga. Eu acho que as freguesias, cada uma delas, constitui também a sua própria centralidade urbana, que merece ter apoio à reabilitação dos seus imóveis, que ainda há pouco, na estratégia local de habitação, quando a senhora Vereadora Paula Coutinho falou, explicou a dificuldade que é, muitas vezes, reabilitar prédios que estão indivisos, partilhas que não estão feitas, e o facto de ser aprovada uma área de reabilitação urbana, vem permitir que, nomeadamente, a taxa de IVA na empreitada passa de 23% para 6% e, só isso já é, ou este primeiro sinal, se quiser, já é um importante incentivo àquilo que deve ser o esforço de reabilitação e manutenção destes centros das freguesias, que não podemos deixar que caiam e fiquem ao abandono. E este sinal é um sinal muito importante, que é o sinal desta Câmara e desta maioria e que contrasta com o passado. Muito obrigado.-----

Terminadas as intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou este ponto à votação.-----

O órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, a delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Talhadas, ao abrigo do artigo 13º n.º 1 e artigo 14º alínea a) do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, republicada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto.-----

**3.5 Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição – 2022:** - Foi apresentado à Assembleia Municipal o Relatório de Avaliação do Estatuto de Direito de Oposição referente ao ano de 2022, aprovado pelo órgão executivo na reunião de Câmara de 26 de abril de 2023.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**Presidente da Câmara Municipal** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Renovo novamente os cumprimentos. Apresentamos para vossa apreciação o 2º Estatuto de Direito de Oposição deste mandato. Trata-se de cumprimento de um normativo legal muito importante e que respeitamos.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a João Oliveira.--

**João Oliveira** – Obrigado, senhor Presidente. Mais uma vez, muito boa tarde a todos. Relativamente à avaliação do Estatuto de Direito de Oposição, lamentamos que a prática corrente do anterior executivo de solicitar aos vereadores sem pelouro para apresentarem propostas para o Plano de Atividades e Orçamento não tenha sido seguida pelo atual executivo. Foi-nos transmitido que enviaram o convite ao Partido Socialista e eu pergunto, mas, afinal, os vereadores da Câmara Municipal não reúnem e falam regularmente para tratarem de assuntos do executivo? E um documento com a importância deste para a atividade da Câmara Municipal não deveria ser objeto de diálogo, *tête-à-tête*, e da participação de todos nas reuniões de Câmara antes de elaborado? Foi menosprezada a experiência dos vereadores da oposição e o seu conhecimento dos dossiês em curso que muito poderiam ter contribuído para a melhoria destes importantes documentos de trabalho. Senhor Presidente da Câmara Municipal, algo está mal e quem perde são os severenses. De acordo com a leitura que fazemos das atas das reuniões da Câmara Municipal e do relatório de avaliação que nos foi enviado, concluímos que a informação é muito escassa e constatamos, ainda, que as questões que são colocadas pelos vereadores sem pelouro, em reunião de Câmara, tardam a ter resposta. É, para nós, inaceitável que as

questões colocadas por escrito, ao senhor Presidente da Câmara, no dia 5 de setembro de 2022, isto é, há quase oito meses, como mencionado no relatório de avaliação, ainda não tenham tido resposta. Muito obrigado.-----

**O Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a António Monteiro.-----

**António Monteiro** – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhores presidentes de Junta. Eu acho que a primeira coisa que deveríamos assinalar, hoje, neste momento, ao contrário daquilo que acabou de fazer o João Oliveira, perdoar-me-á que o diga, mas a primeira coisa que devíamos assinalar é que é a primeira vez que é apresentado este relatório à Assembleia Municipal apesar da lei que criou o Estatuto de Direito da Oposição e a existência destes relatórios existir há décadas. Nunca, nunca veio à Assembleia Municipal este relatório para ser debatido. Este relatório é importante porque permite aferir, desde logo, se foi cumprida, ou não foi cumprida, a lei. E, meu caro João Oliveira, antecipando-me até, eventualmente, àquilo que o senhor Presidente da Câmara venha a dizer, é que fica preto no branco que a lei foi cumprida. Quem tem o dever ou o direito de pronúncia sobre as opções orçamentais são as estruturas locais dos partidos que não fazem parte, ou que não têm funções executivas na Câmara, sendo válido, evidentemente, o mesmo até para as freguesias porque este estatuto aplica-se desde a Assembleia de República até uma Assembleia de Freguesia. E aquilo que lhe digo é que, se queremos discutir o cumprimento da lei, é que ela foi cumprida. Se queremos discutir o mérito das opções políticas e se a oposição é mais ou menos ouvida, também digo, com toda a franqueza, que eu sei como é que se passaram as anteriores consultas. Era na base, desculpem dizer-vos, diz lá rapaz, mas aquilo que tu venhas a dizer para nós interessa-nos muito pouco. Foi necessário chumbarmos aqui um orçamento para, finalmente, ouvirem a oposição. Foi necessário fazê-lo. O Partido Socialista decidiu correr o risco de ter um orçamento chumbado para, pela primeira vez, ouvir a oposição. Portanto, temos aqui, evidentemente, quando discutimos estes relatórios, duas formas de ver o assunto. Cumprimento da formalidade e, quanto à formalidade, o João Oliveira não se pode queixar porque, evidentemente, ela foi cumprida. Temos aquilo que é, se quisermos, a substância que é a oposição está a ser devidamente ouvida ou não. Mas aí, com toda a franqueza, eu diria que, já agora, só esta nota, antes que me esqueça. Qualquer vereador, seja da maioria ou seja da oposição, tem os mesmos poderes de iniciativa perante a Câmara. E, portanto, nada impede um vereador, como, aliás, eu sei que foi feito no passado, que apesar de haver o estatuto de direito à oposição e das estruturas políticas serem ouvidas, os vereadores, na reunião de Câmara, podem perfeitamente levar aquilo que são as propostas que entendem que deveriam constar do orçamento e que não constam. E, portanto, que eu saiba, essa prerrogativa é, também nos termos da lei, de cada um dos vereadores e nada impede que um vereador faça essa proposta, seja de que força política for. Tenha ou não poderes executivos. E, depois, lá haverá o debate político que tiver que haver sobre o orçamento na reunião de Câmara. E, depois, sabemos, depois virá aqui à Assembleia Municipal onde também faremos esse debate político.-----

**Presidente da Assembleia Municipal** – António Monteiro, desculpe a interrupção. Só para dizer que terminou o seu tempo.-----

**António Monteiro** – Terminaria dizendo que acho que é importante assinalarmos o facto de este relatório ser apresentado, até porque nos permite falarmos aqui com franqueza das diferentes forças políticas e daquilo que deve ser a sua vontade de participar no processo de elaboração do orçamento e das opções desse mesmo orçamento. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

**O Presidente da Assembleia Municipal** voltou a conceder a palavra a João Oliveira.-----

**João Oliveira** – Mais uma vez, muito boa tarde. Eu concordo que é importante apresentar este relatório. Também entendo que a atual legislatura já leva quase dois anos e é tempo de se desculparem com a anterior legislatura e estarem sempre a comparar com a anterior legislatura. Apresentem outros argumentos, já é tempo disso. Depois, no nosso entender,

mais importante do que o cumprimento da lei é o bom senso e é o interesse dos severenses. E se isto tivesse sido comunicado e tratado nas reuniões de Câmara, certamente quem ficava a ganhar eram os severenses. E nós estamos aqui todos para quê? Estamos aqui todos para contribuir para o bem-estar dos severenses e da comunidade severense. É só isso que eu peço. Obrigado a todos.-----

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a Diana Paiva. **Diana Paiva** – Muito obrigada, senhor Presidente. Renovo os cumprimentos. Eu disse, e tenho dito desde o início, e já o disse aqui hoje, que este executivo faz por marcar a diferença. E essa diferença nota-se por, desde 2013, que eu estou em funções numa Assembleia Municipal e este é o segundo ano que estamos a apreciar um relatório destes. Anteriormente, nunca o fizemos. E, portanto, mal ou bem, o relatório está cá. Está feito, está apresentado. Pode ser discutido alguma forma, mas está cumprido, o que anteriormente não acontecia. E, portanto, este executivo mostra a diferença e quer cumprir a lei.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**Presidente da Câmara Municipal** – Serei muito rápido. Esta é a primeira Assembleia Municipal a andar com rapidez. Ainda vamos ao desfile, senhor Presidente. Relativamente à questão do relatório aquilo que se passou foi seguir a lei integralmente. Relativamente aos senhores vereadores apresentarem propostas, podem sempre fazê-los na reunião de Câmara ou podiam ter estado presentes na reunião que foi convocada para vocês. Não percebo qual é o problema disso. Quanto às respostas da parte do pedido de respostas que está pendente, está para os serviços e eu tenho pedido muitas coisas aos serviços e já lhes pedi variadíssimas vezes para responder a isto. Não vão seguramente esperar quatro anos como nós esperamos no caso de algumas questões. Aliás, nós esperamos e não nos foram dadas, como no caso de algumas questões. Mas, eu vou insistir novamente com os serviços. E eu acho que é importante, sem dúvida nenhuma, o contributo dos senhores vereadores sem pelouro. E espero que no próximo orçamento deem o seu contributo e será ouvido com toda a seriedade. Só para terminar, quero convidar novamente todos para visitarem a Feira Quinhentista.-----

**Presidente da Assembleia Municipal** – Muito obrigado. Está concluído este ponto e eu queria apenas fazer aqui uma retificação com a vossa concordância, naturalmente, relativamente ao ponto do inventário e cadastro porque este ponto, embora conste na ordem de trabalhos de apreciação e votação, seria apenas para apreciação. Portanto, se não houver inconveniente, seria retirada a parte da votação e peço as minhas desculpas pelo lapso, mas dava-vos a palavra nesse particular. Toda a gente concorda com esta posição? Muito bem, muito obrigado.-----

#### -----4 – Período Destinado ao Público-----

Não houve participação do público.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** pediu ao Primeiro Secretário para ler a ata em minuta, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. De seguida, perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se queria convidar os presentes a visitarem a Feira Quinhentista.-----

**Presidente da Câmara Municipal** – Eu queria só dizer que nós não estamos aqui há 10 anos. Fez, no dia 14 de abril, um ano e meio, 80 quilos separam-me do início do mandato, mas queria só agradecer-vos, porque eu acho que é assim que as assembleias municipais devem decorrer. É precisamente neste espírito de democracia, mas com educação. Eu tenho feito um esforço nesse sentido. Também tenho procurado não falar do passado e olhar para a frente. E, se tiver que vos dar um pin em cada Assembleia Municipal para que isto corra bem, estarei aqui para vos dar um pin.-----

**Presidente da Assembleia Municipal** – Permitam-me apenas, antes de encerrar, eu não sei qual é o programa da Feira Quinhentista, mas presumo que estejam as nossas coletividades lá representadas. Portanto, seria de bom tom que os elementos que pudessem

se dirigissem lá na abertura. Declaro, assim, encerrados os trabalhos desta assembleia municipal. Muito obrigado a todos pelo vosso trabalho e até à próxima.-----  
Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir efeitos de imediato, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente deste órgão e por mim, Carla Alexandra Pereira da Silva, funcionária designada para o efeito, que a redigi.-----